

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA CAROLINE MIRANDA DE SOUZA
MARIANA BULKOO DE CARVALHO MARIANO

SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA: Uma reflexão sobre essa relação a partir do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da Unigranrio

DUQUE DE CAXIAS - RJ
2019

**ANA CAROLINE MIRANDA DE SOUZA
MARIANA BULKOO DE CARVALHO MARIANO**

**SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA: Uma reflexão sobre essa relação
a partir do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais que atuam
no Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da Unigranrio**

Monografia apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Professor: Diego Augusto Rivas dos Santos

**DUQUE DE CAXIAS - RJ
2019**

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

S729s

Souza, Ana Caroline Miranda de.

Serviço Social e Cidadania: uma reflexão sobre essa relação a partir do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da Unigranrio / Ana Caroline Miranda de Souza, Mariana Bulkool de Carvalho Mariano. – 2019. 79 f. ; 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) -

Universidade do Grande Rio “prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

“Orientador: Prof. Diego Augusto Rivas dos Santos”.

Bibliografia: f. 74.

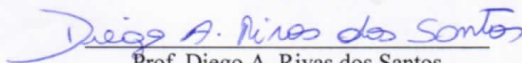
ANA CAROLINE MIRANDA DE SOUZA
MARIANA BULKOOOL DE CARVALHO MARIANO

**SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA: Uma reflexão sobre essa relação a partir do
trabalho realizado pelos assistentes sociais que atuam no Núcleo de Prática em
Serviço Social (NUPSS) da Unigranrio**

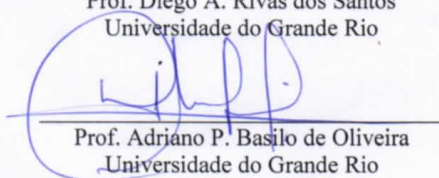
Monografia apresentada ao
Curso de Serviço Social da
Universidade do Grande Rio
Prof. José de Souza Herdy,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau 9.0 (*monol*) em 21 de novembro de 2019.

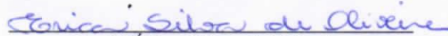
Banca Examinadora:



Prof. Diego A. Rivas dos Santos
Universidade do Grande Rio



Prof. Adriano P. Basilo de Oliveira
Universidade do Grande Rio



Prof.ª Érica Silva de Oliveira
Universidade do Grande Rio

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a Deus, que nos deu ânimo e coragem para vencermos, aos Profissionais do Núcleo de Prática em Serviço Social que agregaram valores a nossa pesquisa e aos Professores da Unigranrio que passaram todo conhecimento para nossa formação.

AGRADECIMENTO

Bom, meus agradecimentos vou dar início a essa minha parceira de TCC que é a Mariana, uma ótima pessoa ao qual está me acompanhando nessa jornada final, interessante que aprendemos juntas e Mariana saber lidar com minhas dificuldades nos ajudamos da maneira que dá uma a outra, eu agitada ela calma, me transmite calma e é muito bom porque deu tudo certo, embora termos nos conhecido no último ano da faculdade, Mariana foi a melhor pessoa que eu poderia desenvolver esse tcc (trabalho dos extremos)rs.

Quero agradecer ao meu maravilhoso professor Diego Rivas, esse profissional de excelência capacidade e conhecimento, Diego dá uns toques me corrige muito sempre, porém vejo que é para o meu melhor e crescimento, e para eu me tornar em breve uma ótima profissional, de verdade ele é novo e tem um conhecimento fora do sério e mais top de tudo ama o que faz tem o amor o prazer de estar em sala ensinando e passando para os alunos aquilo que sabe que estudou e que ama fazer e viver, o serviço social no sentido completo.

Meu agradecimento vai para o nosso coordenador Adriano também, que homem maravilhoso, é um bom professor saber lidar e interagir com qualquer tipo de aluno pessoa e personalidade, ele nos trata de uma forma diferente, sabe?

É profissional, saca muito de tudo, estudado, porém humilde, capacidade sabe dar toque uma bronquinha, de maneira correta, do jeito que tem que ser, sem ferir os sentimentos do aluno e sempre se colocando no lugar do aluno, entendendo compreendendo a realidade daquele aluno daquela pessoa também, e eu acho isso incrível de um ser humano.

Estou nessa faculdade agradeço ao meu pai, a Deus e a mim mesma também, a gratidão é eterna e literalmente não tenho palavras, pra tudo, às vezes olho pro lado e falo caraca como vim parar aqui, como estou aqui. Creio que tudo na vida tem um propósito.

Meu namorado Junior sempre me ajudou muito também em relação a converter pra outro word, questões de computador que sei pouco e ele sabe bem e sempre me ajudou desde do início. (Gratidão) rs.

Gabi, essa grande amiga e irmã mais velha rs. Que Deus me deu se preocupa comigo e suas caronas me ajudou muito amiga a economizar passagem, e Deus sabe rs. Obrigada por tudo de coração, Isabele essa maravilhosa me ajuda

nas provas a estuda dificuldade sempre me ajudou muito e Juliane também essa amigona super batalhadora inteligente e responsável que sempre me ajudou também um pouco a estudar para as provas.

Meu coordenador Rogério, que homem maravilhoso me acolheu nesse fórum de Nova Iguaçu, respeitou tanto meu tempo meu momento minhas dificuldades aprendi tanto nesse estágio cresci tanto me desenvolvi tanto, obrigada por tudo contribuiu e contribuirá muito para meu futuro profissional.

A moral e resumo que eu termino aqui é, persista e tente muito sim você é capaz e pode ser o que quiser na vida, ninguém disse que seria fácil.

Calma filha, você tem capacidade, você vai conseguir, respire e estude e leia bastante. (frase de Rogério).

É isso, GRATIDÃO. " A VIDA É LOKA MANO".

Ana Caroline Miranda de Souza

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a Deus por chegar até aqui, sem ele nada teria sido possível. A minha mãe Nanci, obrigada por tudo à senhora foi meu porto seguro e sempre me dizia que tudo iria dar certo. A minha amiga Vanessa Almeida, obrigada pela amizade sincera e por ser tão boa comigo. A minha companheira de monografia Ana Caroline Miranda obrigada pelo apoio e pelas altas risadas que demos juntas. Ao professor Adriano Oliveira, muito obrigada por todo apoio e motivação que você me deu, você é um grande ser humano. Aos meus amigos Juan Rodrigues da Silva e Roberto Magno dos Santos, obrigada por me ajudarem tanto, vocês são pessoas incríveis. Ao meu amigo Yago Madureira, obrigada por me ajudar na construção do abstract. Ao meu orientador Diego Rivas, obrigada por nos transmitir um ensino de excelência. Aos Pastores Vicente Sabbatino e Paulo Roberto Testa, obrigado por me sustentarem em oração. Sou grata pela vida de todos que me incentivaram e torceram por mim.

Amo vocês!

Mariana Bulkool de Carvalho Mariano

RESUMO

O Serviço Social funciona como uma profissão socialmente necessária à efetivação de direitos. A cidadania tem como objetivo mostrar ao cidadão seus direitos. Neste estudo, buscamos apresentar como a expansão e a consolidação da cidadania pode ser desenvolvida dentro do Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da Unigranrio. Os objetivos deste estudo consistem em analisar a contribuição dos assistentes sociais que atuam no NUPSS na expansão e consolidação da cidadania junto aos usuários dos programas e projetos desenvolvidos por este setor.. A metodologia utilizada no estudo, visando atingir os objetivos propostos, apresenta uma pesquisa de caráter bibliográfica e exploratória, além disso, a pesquisa qualitativa foi utilizada, no sentido de analisarmos a fala dos participantes da pesquisa. Os dados foram coletados, por meio de entrevistas com os assistentes sociais que atuam no NUPSS, onde formulamos questões que visavam compreender as melhores formas de efetivação de estratégias que possibilitem a ampliação e consolidação da cidadania neste espaço.

Palavras-chave: assistentes sociais; cidadania; serviço social.

ABSTRACT

Social work functions as a profession socially necessary for the realization of rights. Citizenship aims to show citizens their rights. In this study, we seek to present how the expansion and consolidation of citizenship can be developed within Unigranrio's Social Work Practice Center - NUPSS. The objectives of this study are to analyze the contribution of social workers working in NUPSS in the expansion and consolidation of citizenship with users of programs and projects developed by this sector. The methodology used in the study, aiming to achieve the proposed objectives, presents a research of bibliographic and exploratory character, besides, the qualitative research was used, in order to analyze the speech of the research participants. Data were collected through interviews with social workers who work at NUPSS, where we formulated questions that aimed to understand the best ways to implement strategies that enable the expansion and consolidation of citizenship in this space.

Keywords: social workers; citizenship; social service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	
SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA: um debate atual de grande relevância a partir de uma experiência empírica	
1.1 1.1 O surgimento do problema de pesquisa	14
1.2 A importância de abordar esse tema.....	15
1.3 Os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos.....	17
2 CAPÍTULO 2 – A BUSCA PELA AMPLIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA DENTRO DO NÚCLEO DE PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL.....	22
2.1 Sentidos e significados da cidadania.....	24
2.2 A cidadania no Brasil: O caminho percorrido.....	35
2.3 Uma reflexão sobre Direitos Humanos e Cidadania: Convergências e Divergências.....	38
2.4 O conceito de educação e política de educação superior no Brasil: Um breve histórico.....	41
2.5 A aproximação do conceito de cidadania pelo Serviço Social.....	44
2.6 O campo empírico da pesquisa: Uma reflexão sobre o trabalho realizado nos programas e projetos do núcleo de prática pesquisa em serviço social – NUPSS da Unigranrio, no que tange a amplificação e consolidação da cidadania.....	48
3 CAPÍTULO 3 – OS DIVERSOS ENFOQUES SOBRE A AMPLIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA.....	52
3.1 Pesquisa de Campo.....	52
3.2 Eixo 1: O conceito de cidadania para a equipe de Serviço Social do Núcleo de Prática em Serviço Social.....	53
3.3 Eixo 2: A relação existente entre Cidadania e o Serviço Social.....	55
3.4 Eixo 3: A contribuição dos projetos e programas do NUPSS	

	para a ampliação e consolidação da cidadania.....	57
3.5	Eixo 4: Os desafios existentes no espaço do NUPSS para Amplificação / consolidação da cidadania.....	60
3.6	Eixo 5: As estratégias adotadas pela equipe do NUPSS para superar os limites existentes para ampliação e consolidação da cidadania.....	62
3.7	A contribuição do Serviço Social para a questão estudada na pesquisa.....	64
3.8	As três dimensões do saber e fazer profissional do Assistente Social.....	67
3.9	A dimensão investigativa do trabalho do (a) Assistente Social e as contribuições das autoras acerca do estudo em tela frente aos resultados da pesquisa.....	71
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
4.1	Referências Bibliográficas.....	74
4.2	Anexos.....	78
4.3	Apêndices.....	79

LISTA DE SIGLAS

Art – Artigo

Apud – Serve para designar a origem de uma citação indireta

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

Etc - E outras coisas / e assim por diante

Fies - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

NPJ – Núcleo de Prática Jurídicas

NUPSS – Núcleo de Prática em Serviço Social

Op. Cit – Usados em notas de rodapé para evitar longas repetições

ONU – Organização das Nações Unidas

P. – Página

PAD - Programa de Assistência Estudantil

PNE - Política Nacional de Educação

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Pis - Programa de Integração Social

ProUni - Programa Universidade para Todos

S/A – Sem ano

TCLE – Termo de Consentimento livre e esclarecido

INTRODUÇÃO

O Assistente Social é um dos profissionais que contribui para a ampliação e consolidação da cidadania.

Este estudo visa apresentar como a ampliação e consolidação da cidadania pode ser desempenhada dentro do Núcleo de Prática em Serviço Social.

Todos os programas e projetos do Núcleo de Prática em Serviço Social visam promover e efetivar os direitos sociais do cidadão. O Núcleo de Prática através de fóruns, palestras e seminários busca apresentar temas que são pautas da questão social. Esses temas debatidos buscam promover a conscientização do indivíduo enquanto cidadão e mostrar que a cidadania é um direito de todos.

O Trabalho de Conclusão de Curso em tela encontra-se estruturado em três capítulos.

O capítulo 1 intitulado de: apresenta o problema de pesquisa e apresenta uma discussão preliminar referente a questão da ampliação e consolidação da cidadania. Ainda neste capítulo, temos a relevância do estudo, no que tange as esferas: acadêmica, institucional e social. Além disso, o capítulo 1 apresenta os objetivos, gerais e específicos do estudo e as hipóteses iniciais das autoras em relação ao assunto. Neste capítulo, foi abordada também a aproximação com o tema pesquisado e a importância da escolha que esse tema representa. A metodologia foi baseada em: livros, artigos e sites e através da pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica foi construído o estudo da pesquisa. Foram feitas também perguntas com as (os) Assistentes Sociais, visando propiciar reflexões a partir do roteiro de entrevista previamente elaborado.

O capítulo 2 utiliza diversos autores e trata de temas importantes. Foi falado dos sentidos e significados da cidadania onde é abordado sobre como a cidadania foi construída ao longo do tempo. Foi falado do caminho percorrido até a construção da cidadania através de lutas e debates da classe trabalhadora. Realizou-se uma breve reflexão sobre direitos humanos e cidadania citando o que é comum e o que é diferente entre elas. Utilizou-se o conceito e Política de Educação superior no Brasil onde se abordou um panorama da criação das instituições de ensino superior no Brasil. Explicou-se a aproximação do conceito de cidadania pelo Serviço Social e como os dois temas são essenciais e dialogam entre si na

construção de direitos e visando uma sociedade mais justa e igualitária. Apresentou-se o campo empírico e como seus programas/projetos contribuem na ampliação e consolidação da cidadania.

O capítulo 3 apresentou a pesquisa de campo realizada com as (os) Assistentes Sociais do Núcleo de Prática em Serviço Social. Apresentou-se a opinião das (os) Assistentes Sociais, no que tange o conceito de cidadania. Relatou-se a opinião das Assistentes Sociais sobre a relação existente entre cidadania e Serviço Social. Foi exposta a opinião das (o) Assistentes Sociais sobre a contribuição dos projetos/programas do NUPSS para ampliação e consolidação da cidadania. Foram mostrados quais os desafios existentes no espaço do NUPSS para ampliação e consolidação da cidadania. Relatou-se a contribuição do Serviço Social para a questão estudada na pesquisa onde se abordou que o Serviço Social contribui na efetivação de direitos e consolidação da cidadania. Discutiram-se as três dimensões do saber e fazer profissional do Assistente Social onde foi identificado que o Assistente Social precisa ser um profissional propositivo ao invés de meramente executivo apenas e que este profissional precisa ter um olhar crítico e reflexivo para superar as imposições e limites da profissão, criando estratégias. Abordou-se também a dimensão investigativa da profissão onde se discutiu como é importante a questão da pesquisa no âmbito acadêmico, como é preciso o (a) Assistente Social utilizar de todo seu aparato e cabedal para que as demandas apresentadas possam ser solucionadas de forma eficaz. E relatou-se a contribuição para esta pesquisa onde se expôs a importância do (a) Assistente Social lutar através de fóruns, palestras temas importantes na viabilização de direitos. Apontou-se o Código de Ética e que a profissão precisa está sempre pautada nele e que há um desejo que jovens lutem por seus ideais. É necessário que para que a sociedade seja justa e igualitária os direitos do cidadão sejam garantidos como acesso: à educação, saúde, segurança e saneamento. Se esses direitos forem priorizados e garantidos aí poderá dizer que existe justiça social para todos.

CAPÍTULO 1

SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA: um debate atual de grande relevância a partir de uma experiência empírica

1.1 O surgimento do problema de pesquisa

O problema de pesquisa surge a partir da inquietação das autoras em produzir um estudo que aborde a questão de como a cidadania pode ser ampliada e consolidada através do trabalho dos Assistentes Sociais. O Núcleo de Prática em Serviço Social (NUPSS), da UNIGRANRIO, localizado no campus sede da instituição de ensino superior, no município de Duque de Caxias, foi o campo empírico escolhido para realização da pesquisa de campo, visando identificar na percepção dos profissionais de Serviço Social que atuam neste espaço, o que é desenvolvido junto a população usuário para ampliar e consolidar a cidadania.

A escolha desse espaço para coleta de dados ocorreu devido à inserção de uma das autoras deste estudo neste equipamento para realizar estágio supervisionado na área de Serviço Social, além disso, o NUPSS possui atualmente diversos programas e projetos sendo executados que envolvem a questão da promoção e efetivação da cidadania.

O estudo em tela visa trazer alguma contribuição aos alunos, pesquisadores, professores e estudiosos do tema que acessarem este material sobre a relação do Serviço Social com a cidadania.

No primeiro momento, apresentou-se como o Assistente Social é um profissional totalmente voltado a assistir o seu usuário usando seu cabedal de experiência como aparato para efetivar direitos que são inerentes a vida de qualquer cidadão. O papel do Serviço Social frente aos processos de construção da cidadania é mostrar para o usuário que ele tem o direito a ter suas necessidades supridas. Na monografia, utilizou-se autoras como Martinelli e Iamamoto para construir e decifrar propostas que serão eficazes para atender as demandas que visam ampliar e consolidar a cidadania. Marilda Iamamoto aborda a necessidade de tempos onde haja mais humanidade para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária. Iamamoto fala que os assistentes sociais trabalham com diversos enfoques da questão social mostrando a população usuária quais são seus direitos e como eles podem ter acesso a esses direitos. Martinelli afirma que o Serviço social é uma

profissão que aborda as questões relacionadas aos seres humanos de forma profunda. Ela relata ainda que o Serviço Social procura chegar próximo da população usuária e identificando as demandas apresentadas por esses usuários.

Segundo Lacerda (2014) a profissão de Serviço Social é fundamentada pela sociedade capitalista, cuja desigualdade social é inerente a este modo de produção, com isso, surgem às políticas sociais, no sentido de prover alguns direitos sociais. Trata-se de uma tentativa do Estado de implementar a coesão social e evitar uma insatisfação geral da população o que acarretaria uma fratura e provavelmente uma destruição na ordem social vigente . O Serviço Social faz-se como profissão totalmente necessária na medida em que implementa e vigora as políticas na vida da sociedade.

1.2 A importância de abordar esse tema

A relevância do estudo está associada a importância de falar em cidadania, tendo em vista que tal conceito abrange um conjunto de direitos que são necessários a vida humana e é através da cidadania que o indivíduo se reconhece como cidadão.

As autoras acreditam como alunas de Serviço Social que a construção e materialização da cidadania se dá dia após dia, através de lutas, debates do cidadão por uma sociedade mais justa e igualitária. Muitas pessoas, por não conhecerem seus direitos, acabam se reprimindo e deixando de correr atrás deles. O Serviço Social têm uma função de excelência, pois é neste âmbito que a materialidade do trabalho do Assistente Social ganha forma, pois através de seu aparato e sua instrumentalidade, ele poderá mudar a vida de seu usuário e o ambiente ao seu redor, através da prática e do fazer profissional.

[...] A Instrumentalidade além de fazer referência à instrumentalização técnica, condiz com a propriedade que a profissão apresenta no âmbito das relações sociais, seja em seu processo objetivo ou subjetivo. Neste sentido, como propriedade sócio-histórica, possibilita atender as demandas e o alcance dos objetivos propostos, numa condição de reconhecimento social. (GUERRA, 2007, p. 01)

O Serviço Social através da instrumentalidade promove medidas capazes de amenizar e buscar estratégias de enfrentamento às demandas trazidas por seus usuários.

A relevância institucional dessa pesquisa consiste em deixar um legado e conscientizar a vida de discentes, docentes e pessoas que tiverem acesso a esta pesquisa, da importância da ampliação e consolidação da cidadania na vida do cidadão e como este cidadão pode ter seus direitos efetivados.

Em relação à relevância acadêmica do estudo destaca-se a contribuição da produção na vida de futuros estudiosos do tema, tendo em vista que é no ambiente acadêmico, em que são partilhados conhecimentos que contribuem para uma visão crítica e mais aprofundada sobre diversos temas, inclusive este. A universidade é um patrimônio social e através dela o aluno irá construir sua identidade social.

Em relação à relevância social da monografia pontua-se que com este estudo haverá possibilidades inovadoras sobre a questão de como o Serviço Social trabalha e como pode trabalhar a questão da ampliação e consolidação da cidadania dentro dos espaços institucionais, abrindo a visão da população para que se conscientizem sobre seus direitos.

Segundo Costa (2018) o Assistente Social trabalha com demandas emergenciais das populações, sempre pautado nas políticas públicas. Segundo ele, o trabalho do Assistente Social não está baseado em solidariedade. Ele vai dizer que nos dias de hoje, há uma perda de direitos sociais, há um retrocesso nas políticas, retiradas dos direitos sociais, o Serviço Social possui um trabalho profundo no que se refere a cobrar do estado políticas públicas que são inerentes a vida do cidadão.

De acordo com Lopes (2017), a cidadania só pode ser conquistada através da conscientização do cidadão sobre seus direitos e deveres. Ela vai dizer que se a sociedade não estiver informada sobre seus direitos, ela não conseguirá se emancipar.

A autora irá relatar que para que haja justiça e cidadania, haverá a necessidade da participação da sociedade pela defesa dos seus direitos, mas é claro sem esquecer-se de seus deveres enquanto cidadãos.

1.3 Os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos

Os objetivos desta pesquisa analisam a contribuição das Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da UNIGRANRIO, no que tange a ampliação e consolidação da cidadania. Os objetivos específicos deste estudo visam: identificar a concepção de cidadania para as Assistentes Sociais que atuam no NUPSS, pois é através desta compreensão que existirá aparato para realizar a relação teoria e realidade deste estudo. Outro ponto importante almejado por este estudo é reconhecer o trabalho realizado pelo Serviço Social nos programas e projetos existentes, pois através das questões apresentadas pelos entrevistados, busca-se apreender como ocorre a ampliação e consolidação da cidadania neste espaço. O estudo também se propõe a identificar os desafios existentes na atuação do Serviço Social dentro do NUPSS e quais as estratégias encontradas pelos profissionais frente aos limites existentes para ampliação e consolidação da cidadania no cotidiano de trabalho. As hipóteses deste estudo são apresentar o Serviço Social e a cidadania como elementos de suma importância, pois esta temática apresenta-se em todo tempo e sempre enfatiza o valor dela para a ampliação e consolidação da cidadania. Nos estudos encontrou-se vários enfoques, no que tange ao trabalho do Serviço Social para construção da cidadania, mas para que ela seja priorizada na vida do cidadão é preciso que haja lutas, debates e conscientização. Uma triste realidade, é que no Brasil pessoas trabalhadoras tenham que enfrentar filas em hospitais, filas para conseguir emprego e encarar uma educação falha. Os Direitos Humanos e inclusão são pautas importantes para serem debatidas pelos Assistentes Sociais. É injusto, que por culpa de políticos corruptos, o cidadão precise viver precariamente.

É direito de todos terem um hospital digno, é direito de todos uma educação com qualidade, pois através dela serão formados jovens conscientes de seus direitos. O jovem da escola pública tem sim o direito de frequentar uma faculdade pública, se formar e alcançar patamares altos na sociedade. O sistema é falho, é necessário que haja pessoas e profissionais que estejam dispostos a lutar e encontrar medidas para que a cidadania seja vigorada.

A aproximação com o tema pesquisado se deu a partir de um projeto feito e foi crescendo nas autoras o desejo de expor esta temática. Ao se aprofundarem, cada vez mais no tema, identificou-se o interesse em querer defendê-lo, pois como

futuras assistentes sociais as autoras desejam lutar por aqueles usuários que precisam do trabalho realizado pelo Serviço Social.

Este tema tem sido muito enriquecedor, pois haverá uma contribuição de forma crítica e propositiva para a execução da ampliação e consolidação da cidadania dentro do Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da UNIGRANRIO. Através de um estudo profundo em livros, artigos e materiais colhidos na internet, ocorreu a construção desta monografia e há um desejo que ela cause impacto positivo na vida de estudantes, professores e colegas.

A cidadania para ser vigorada é preciso que ela seja implementada de maneira que cada cidadão tenha direito a acessá-la. O Assistente Social é o profissional que promove medidas, projetos na área social e trabalha na questão social, através de seu trabalho ele irá efetivar medidas e suprir as demandas apresentadas por seus usuários.

Ainda há muito para se debater acerca da cidadania, direitos humanos dentro do Serviço Social, por este motivo que se acredita que este tema atinja a vida de pessoas que tiverem acesso a ele e que essas pessoas possam se sentir impactadas e motivadas a lutarem por seus direitos.

A partir de agora será abordada a metodologia, ou seja, do caminho que foi trilhado até aqui. Houve buscas em materiais como artigos, livros, sites para construir a monografia.

Segundo Minayo (2014): “a pesquisa é o melhor instrumento para abordar uma realidade, pois informa por meio de teorias e dados.” O tema desta monografia é Serviço Social e cidadania, onde busca-se explorar como se dará a ampliação e consolidação da cidadania dentro do Núcleo de Prática em Serviço Social - NUPSS da Unigranrio.

O método desta pesquisa é a teoria social crítica de Marx, que segundo Rodrigues (s.a):

(...) ao evidenciar que a anatomia da sociedade civil só poderia ser encontrada na economia política, Marx se dedicou arduamente aos estudos econômicos, unindo a estes, todos os momentos da vida do ser social em sua historicidade.

Através do trecho acima, identificou-se que Marx compreendia o ser social em sua totalidade, ele fazia uma crítica ao sistema da época. Relacionando ao tema

da monografia, identificou-se com o pensamento de Marx se encaixa dentro do estudo, pois o Serviço Social é uma profissão crítica, interventiva e junto a cidadania trabalha na manutenção, viabilização, ampliação e consolidação de direitos.

O método dialético de Marx, segundo Chagas (s.a) “

[...] sendo utilizado como método de investigação e exposição, sem separação dos dois momentos, relacionado ao objeto que pode ser apresentado acaba sendo constituído opondo-se ao positivismo acrítico, que é próprio da economia clássica moderna, que vislumbra o objeto como uma imediatidade factual que é dada sem mediação do pensamento e afirmando a positividade do fato.

Neste trecho, Chagas diz sobre o processo do método dialético sendo que a exposição e investigação estão interligadas para que possa ser compreendida em sua totalidade.

Os tipos de pesquisa utilizados para realização deste estudo foram: bibliográfica, exploratória e qualitativa.

De acordo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é formulada a partir de materiais já produzidos principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica oferece vantagens como: a permissão que ela dá ao investigador ter acesso a uma ampla quantidade de fenômenos do que aquela que ele poderia abordar de forma direta. Isto torna algo valioso, quando o problema de pesquisa necessita de informações que são separadas pelo espaço.

Conforme Minayo (2001) pesquisa qualitativa aborda esta temática de forma muito particular. Ela mostra as ciências sociais, com um alto grau de realidade que não se pode quantificar. Ela aborda o mundo de significados, motivos, crenças e valores o que indica algo mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Gil (2008) a principal forma de mostrar a pesquisa exploratória é a modificação de definições visando à elaboração de hipóteses detalhadas. Esse tipo de pesquisa é apresentada de forma, onde o pesquisador se aproxime com o universo do objeto estudado e que dê informações e oriente a construção das hipóteses da pesquisa. Essa pesquisa também dá chance ao pesquisador de

escolher técnicas que melhor se encaixem a pesquisa e para que tenha a chance de escolher as questões que precisam de maior cuidado durante o processo de investigação.

Utilizou-se esta pesquisa, pois através dela será possível conseguir informações sobre os fenômenos que no princípio não eram aceitos pelos outros pesquisadores, mesmo mostrando provas, além de conseguir descobrir novos fenômenos e apresentar novas ideias e hipóteses.

O universo da pesquisa corresponde ao quantitativo de pessoas que foram entrevistadas (o), portanto os (07) assistentes sociais que atuam nos diferentes programas e projetos do Núcleo de Prática em Serviço Social - NUPSS da Unigranrio compõem o universo desta pesquisa. A pretensão é alcançar a totalidade deste universo. Segundo Mathias (2019), o universo é o grupo de pessoas que se pretende representar com a pesquisa e resultados.

O procedimento utilizado para aproximar do campo de pesquisa foram as pesquisas realizadas em apostilas, informações que foram coletadas com as (os) Assistentes Sociais entrevistadas (os) visando alcançar os objetivos traçados.

Os instrumentos que foram utilizados para coleta de dados: a visita institucional e a entrevista.

Rosa e Arnoldi (2006) e Luna (1998, p.71) referem-se a pesquisa como uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe. Este trecho refere-se ao processo a pesquisa e ao processo de investigação que é utilizado para a coleta de dados de um determinado assunto.

De acordo com Salvador (1990) apud Ribeiro (2008) a entrevista nos últimos anos tornou-se, uma forma de instrumento, na qual constantemente é utilizada com maior aprofundamento por pesquisadores das áreas das ciências sociais e psicológicas.

Segundo Britto e Feres (2011) a entrevista estruturada se apresenta a partir de uma relação com perguntas fixas, cuja forma e a redação permanecem de forma invariável para todas as pessoas entrevistadas que são em alto número. Ela possibilita o tratamento quantitativo dos dados, tornando-se mais apropriada para o crescimento de levantamentos sociais. Segundo Britto e Feres (2011) a importância da entrevista para um trabalho científico é de suma importância, pois

será utilizado método de coleta de dados que irão melhorar a qualidade da interpretação deste trabalho.

Antes da entrevista de coleta de dados ser feita, os participantes assinaram o documento intitulado de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) que visa garantir o tratamento e sigilo dos dados, no sentido de não expor as pessoas que participarem da entrevista desta pesquisa.

Ao se construir este tema, por muitas vezes deparou-se com autores que falavam sobre o Serviço Social e de como a cidadania era apresentada. Vários livros e artigos foram utilizados e identificou-se a visão única que cada autor trazia para este tema. Identificou-se coisas em comum dentro de algumas falas como, por exemplo, Marilda Iamamoto que acredita que o Assistente Social precisa ter um olhar inovador e crítico das demandas apresentadas. Ela expõe que o assistente social precisa pensar além dos muros da instituição da qual ele trabalha.

Vale ressaltar também Paulo Freire que como educador em suas obras, sempre fazia referência de como a educação é uma arma fundamental para a construção do caráter do homem.

A partir do momento em que houver empatia, quando o ser humano for capaz de enxergar o outro com um olhar humano e compassivo, haverá resultados para algo que é primordial e essencial para construção e ampliação da cidadania.

Todos têm direitos iguais e o papel do Serviço Social é lutar e amenizar as desigualdades, frente a uma sociedade injusta que isola minorias e cala a voz das massas populares. É importante a construção de métodos onde o trabalho possa ser vigorado e que seja eficaz na garantia de direitos.

CAPÍTULO 2

CIDADANIA E SERVIÇO SOCIAL: fundamentos teóricos elementares para compreensão dessa relação

O capítulo 2 deste trabalho apresenta o referencial teórico utilizado para propiciar essa relação entre Cidadania e Serviço Social, onde buscou aprofundar a reflexão a partir dos seguintes pontos: o conceito de cidadania; o caminho percorrido para que a cidadania fosse alcançada no Brasil; a relação existente entre direitos humanos e cidadania; o conceito de educação e Política de educação superior no Brasil; a aproximação do conceito de cidadania pelo Serviço Social e campo empírico da pesquisa.

Ao falar de cidadania, é importante elencar a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela ONU em 1948 e a Constituição Federal Brasileira de 1988, pois ambas abordam a questão de como a cidadania é contemplada e como os Direitos Humanos são vistos e pautados.

Abordou-se o caminho percorrido para que a cidadania fosse alcançada no Brasil. Após a ditadura houve a participação de grupos importantes e a participação da sociedade na construção desse processo se deu de forma ampla. Houve a questão do direito ao voto, onde até hoje percebe-se o complexo movimento político instalado no Brasil. Durante todo o processo na luta da construção da cidadania houve embates entre a classe trabalhadora e o Estado.

A população saía às ruas para defender seus direitos e muitas vezes, era impedida de se colocar. Sempre houve pessoas que sabiam que seus direitos não poderiam ser calados e insistiam em debates para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Foi realizada uma reflexão sobre Direitos Humanos e Cidadania e suas convergências e divergências. Esses dois temas estão interligados, pois todo cidadão independente de raça, etnia, religião ou opção sexual têm o direito em desfrutar de seus direitos. Infelizmente há ainda muito que ser feito, mas a cidadania como conjuntos de direitos ela dá ao homem o pleno direito de usufruir de seus direitos e lutar para que estes sejam sanados.

Utilizou-se o conceito de educação e Política de Educação Superior no Brasil e foi realizado um breve histórico sobre este tema. Ao expor esse tema várias

vezes houve um enfoque a Paulo Freire, pois ele acredita que o homem pode se transformar através da educação, se tornando crítico e reflexivo em suas escolhas e na luta contra a desigualdade.

É importante fazer um breve resumo de como as universidades foram criadas no Brasil e o legado cultural que cada uma deixou na vida de pessoas.

Nos estudos ocorreu uma abordagem a aproximação do conceito de cidadania pelo Serviço Social. Foi citada como é trabalhada a questão da ampliação e consolidação da cidadania frente aos seus programas e projetos. Houve um enfoque sobre o trabalho do Assistente Social relacionando com a concepção de como a cidadania é trabalhada pelo mesmo. O Projeto Ético – Político do Assistente Social pode ajudar na elaboração e construção de medidas que precisam ser ajustadas pelo Serviço Social na efetivação de direitos e implementação da cidadania. Foi utilizado também o livro Plantão Social para cidadania onde a autora Maria das Graças Gouvêa onde ela irá relatar a importância da participação do usuário no ambiente onde possa haver espaço para o processo de triagem onde suas demandas sejam priorizadas.

Destacou-se o campo empírico onde foram apresentados os programas e projetos, onde é trabalhada a vida do aluno bolsista e usuário na ampliação e consolidação da cidadania. Todos os programas visam atender as necessidades de alunos e usuários visando construir uma melhoria e igualdade de oportunidades.

Ao coletar os dados para esta pesquisa identificou-se que o Serviço Social para a questão analisada e estudada de forma a orientar e deixar um legado na vida dos usuários e alunos que passam pelo Núcleo de Prática em Serviço Social. Vislumbra-se que esta temática mude a vida de pessoas, pois este é um tema onde ocorre a luta pela ampliação e consolidação da cidadania.

Para Bavaresco e Goin (s/a) o Serviço Social abrange em seu modo de ser e executar no âmbito das relações sociais, nos quais estão em constante movimento. Elas abordam que o cotidiano da profissão expõe a instrumentalidade de intervenção, é alvo de muitos debates a fim de transformá-las em condições, meios e instrumentos que condizem em alcançar os objetivos profissionais. As autoras através desta fala enfatizam a importância do debate e de como a instrumentalidade é usada no cotidiano das demandas apresentadas.

No que tange às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política é importante citar Iamamoto (2006) onde ela aborda que há um desafio em redescobrir novos caminhos para o trabalho profissional nos dias atuais e traçar novos rumos na formulação de propostas que apontem a questão social e que sejam compassivas com a forma de vida das pessoas que a vivenciam, não como vítimas, mas como participantes que lutam pela preservação da sua vida e humanidade. A autora acredita que através de novos olhares, que é possível que o Serviço Social contribua para a viabilização de direitos.

No que se refere, ao saber e fazer profissional o Assistente Social irá utilizar de todo seu conhecimento, usando aparatos que visem efetivar direitos e a contribuição que esta temática trará para o estudo realizado é que haverá a conscientização das pessoas de seus direitos deixando um legado enriquecedor através de ideias críticas e reflexivas.

O estudo científico pode contribuir para o processo real da prática profissional, pois através dele poderemos haver a conscientização de ideias que sejam eficazes para a construção da ampliação e consolidação da cidadania dentro do campo empírico da pesquisa.

2.1 Sentidos e significado da cidadania

Neste item, será abordado acerca do conceito de cidadania, a partir da concepção de alguns autores que são estudiosos desta categoria teórica. O início e o avanço da cidadania, na fase moderna, são explicados na clássica obra de T.H Marshall, no âmbito da Inglaterra. A pesquisa mostra que a cidadania é uma evolução historicamente construída, surgindo com a constatação dos direitos civis no século XVIII (à vida, à liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e de religião, o direito à propriedade e a justiça); em seguida, aparecem os direitos políticos no século XIX, (expressão livre, participar de partidos e movimentos, associações e sindicatos, votar e ser votado, de exercer cargos públicos) e por fim no século XX, são aprovados os direitos sociais (alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, trabalho com salário adequado) e os direitos ambientais relacionados ao amparo ao meio- ambiente.

Apresentando sobre esta transformação Boaventura de Sousa Santos diz:

“(...) é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos de base social que atingem e apoiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século e, com plenitude, depois da Segunda Guerra Mundial; tem como referência social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto constituem o Estado-Providência.” (SANTOS, 1997, p.244)

Segundo Rabassa (1999), pesquisando seu desenvolvimento na história da humanidade já pode supor que cidadania é uma definição construída e ampliada passa a passo, sendo assim formando os três primeiros grandes subconjuntos (o civil, o político e o social), de acordo com Marshall, “se pode atribuir o período de vida de cada um em século diferente.” (op. cit. p. 66).

Prosseguindo com a ideia de Rabassa (1999), ainda que como conjuntos de direitos universais, a cidadania possa ser exemplificada historicamente desta maneira e tenha conseguido alcançar seu reconhecimento, tanto na teoria quanto na prática, na atualidade o seu começo refere-se aos séculos V e IV a.c quando na Grécia Antiga era dado ao “cidadão” o direito e o dever de se relacionar de forma direta nas decisões concernentes à organização da pólis, ou seja, da cidade.

A cidadania está relacionada ao aparecimento da cidade, como lugar onde é organizada a vida humana, em dois pólos inteiramente ligados: a pública refere-se a tudo que é comum, ou seja, a todos os cidadãos, já a esfera privada explica tudo que é particular. A realidade da vida pública é que faz surgir a urgência da normatização de conceitos capazes de generalizar a possibilidade de convívio entre pessoas.

Ao estudar a institucionalização da cidadania no Estado moderno, identifica-se que a preocupação não é mais com institucionalização de direitos políticos como havia na Grécia antiga, mas a aparição de direitos individuais ou civis. O principal fator primordial no discurso da cidadania foi o encobrimento da desigualdade social no âmbito de que os seres humanos têm liberdade diante da lei. Marshall (s/a) apresenta este conceito da seguinte forma: “A cidadania afirma a igualdade num sistema de desigualdade, por isto há tensão permanente entre cidadania e capitalismo” (op. cit, p. 76).

Sendo assim, o desencadear da cidadania, expressa que os primeiros direitos a serem vigorados foram os que estavam relacionados a ideologia liberal. A sua revitalização depende de como o Estado é vivenciado e isto não é o suficiente para estabilizar a sua metodologia que está misturada com as relações de força diante de um processo ocorrido na sociedade.

Durante a década de 1990, a cidadania apareceu em discursos de líderes de vários setores da sociedade, entre eles haviam: intelectuais, políticos, juristas, sindicalistas, religiosos, artistas, empresários. De acordo com o discurso de vários líderes apareceram várias falas, onde ficava evidente o conceito de cidadania para cada um deles.

Segundo Melo (2014), no mundo atual, o conceito da cidadania está totalmente ligado a concepção de direitos, mas na primeira fase, diferentemente dos gregos, especificamente a ideia de direitos individuais ou “civis”. Para John Locke, que viveu no século XVII, pautou seu pensamento político na afirmação de que haviam direitos naturais. Os cidadãos, enquanto cidadãos, enquanto seres humanos (e não mais como membros da pólis, como entre os gregos, ou enquanto membros de determinado local, como na Idade Média), tinham direitos. Para a completa viabilização desses direitos, precisavam contratar entre si o surgimento de um governo, de um Estado, já que os direitos naturais estavam sendo ameaçados no pré-político estado de natureza. A missão principal do governo para Locke, era a viabilização desses direitos naturais, que ele considerava intransferível. Entre os direitos intransferíveis, Locke priorizava o direito à propriedade, que embasava não só os bens materiais dos cidadãos, mas também sua vida e sua liberdade.

O conceito de “direito natural”, de direitos relacionados aos indivíduos independente da maneira do status que possuem na sociedade onde habitam, abrange uma importante missão revolucionária em um determinado período da história, de forma em que pautavam a liberdade individual contra as intenções autoritárias do absolutismo e em que contradizia a desigualdade de direitos aprovada pela organização hierárquica inerente ao feudalismo. Certamente, na versão liberal, o jusnaturalismo acabou por se embasar na ideologia da classe burguesa, principalmente quando Locke e pessoas que o seguiam levavam em conta como direito natural básico o direito de propriedade (que baseava também o

direito do dono aos bens que eram produzidos pelo trabalhador assalariado), o que acabou por remontar uma nova maneira de desigualdade entre os homens.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela ONU em 1948, é um documento que marca a temática dos direitos humanos e comprova que nem sempre os direitos dos indivíduos eram reconhecidos desde o seu nascimento. Segundo Melo (2014, s/p.) esta declaração: [...] “representa uma tentativa de convergência de todos os valores que já foram buscados pelas outras exposições de prerrogativas que a precederam”.

Os direitos são fatores sociais, resultantes da história. Hegel costumava dizer que só há direitos efetivos, ou liberdades concretas no âmbito da vida social, do Estado. As demandas da sociedade, que pautam os direitos, só são acalentadas quando expostas nas e pelas organizações que visavam assegurar uma autenticidade positiva. De outra maneira, o que hoje é considerado como direitos indiscutíveis (como no caso dos direitos sociais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação, etc.) não configuram na lista dos direitos naturais que eram defendidos pelos jusnaturalistas liberais.

Mas há algo verdadeiro na forma de pensar dos jusnaturalistas, ou seja, a idéia de o que o direito é, de certa forma, algo que vem antes e é maior do que o direito positivo, ou seja, dos direitos citados nas constituições nos códigos, etc.

Podemos citar que não há uma cidadania plena (ou seja, em outras palavras não há democracia) o que intitulou de “direitos políticos, isto é, sem a concepção da dimensão da cidadania que era inerente aos gregos.” Os regimes liberais consolidaram o domínio da burguesia assegurando os direitos civis, não fazendo o mesmo pelos direitos políticos e sociais.

Quando se fala de cidadania, é importante citar: os direitos sociais, pois esse tipo de direito que se encontra incluído na noção de cidadania, embora tivessem ocorrido lutas da classe trabalhadora ao longo do século XIX, só foi processado (de forma parcial) como momento do direito positivo no século XX. Os direitos sociais possibilitam ao cidadão uma participação simples na riqueza material e espiritual que foi criada pela coletividade.

Na atualidade, destacando alguns direitos sociais: o direito à educação pública e universal, direito incluso nas constituições. O conteúdo que consta sobre cidadania no âmbito constitucional é mais abrangente do que o fato de ter direito a

votar e ser votado. Ela não se restringe ao voto, o qual é apenas uma etapa do processo de cidadania (AGRA, 2002). A constituição amplia a cidadania e valoriza e qualifica os cidadãos que participam da vida do Estado, reconhecendo a pessoa humana como participante da sociedade em que vive de acordo com José Afonso da Silva (2003,).

A Constituição Federal brasileira de 1988 permite o papel da Ação Popular, uma garantia individual (Art. 5º, inciso LXIII), incluindo a tutela de interesses onde toda sociedade deve ser submetida a interesse particular. Muitos pesquisadores usam a cidadania no sentido de nacionalidade (Art. 12 da Constituição Federal) e de direitos políticos (Art. 14). Isso quer dizer, que a população tem o direito particular de participar e lutar por seus direitos.

A Constituição Federal de 1988 determina como Fundamentos da República Federativa do Brasil, além de outros citados no Art. 1º, os seguintes: a cidadania; a dignidade da pessoa humana. Neste trecho está se referindo que todo cidadão tem o direito a cidadania, que através delas as pessoas terão dignidade.

Segundo Dagnino (2004) a introdução do projeto neoliberal trouxe consequências e sérios resultados para as sociedades latino-americanas.

A autora irá relatar que:

(..) segue discute as feições que assumem hoje no Brasil esses impactos e sugere a existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje, desde nosso ponto de vista, o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira.

O processo para a construção da democracia passa hoje no Brasil, por sérias questões vinculadas a existência de uma aproximação entre processos que se diferenciam politicamente. De um lado, há a expansão da democracia, que é pautada no surgimento de espaços públicos e no engajamento da sociedade civil nos processos que envolvam temas pautados com as políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002).

No trecho acima, os autores relacionam a importância da criação de espaços públicos e da importância em valorizar e priorizar a participação da sociedade civil na construção e efetivação da democracia. Para Dagnino (2004), o ponto chave desse processo é a Constituição de 1988, onde foi consagrado o início do envolvimento da sociedade civil. As principais forças engajadas no processo participam de um projeto da construção da cidadania e efetivação da democracia. É

muito importante quando se fala de cidadania e democracia citar a Constituição de 1988, pois ela aborda temas que são enriquecedores para se compreender como é construído o processo das leis vigentes no país. Ainda segundo a autora, esse projeto surge da luta contra o regime militar que envolvia algumas camadas da sociedade civil, onde os movimentos sociais tiveram papéis primordiais. Ao longo desta trajetória ela cita aspectos importantes. A questão do revigoramento da democracia em âmbito formal, onde as eleições de forma livre e a reformulação do partido fez surgir a chance, deste projeto, vinculado no interior da sociedade e que guiou setores a prática, para que pudesse ser encaminhado para a questão do poder do Estado, em âmbito dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e no executivo com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Na época em que Lula foi eleito o povo teve a chance de se envolver em aspectos da sociedade, pois seu discurso sempre foi pautado na luta pela melhoria da condição de vida da classe operária onde a cidadania e democracia pudessem vigorar.

Dagnino (2004) afirma que a década de 1990 foi cenário de múltiplos aspectos do movimento desencadeado da sociedade civil para o Estado. Durante a essa mesma época houve muitos confrontos e embates que marcaram do envolvimento do Estado com a sociedade civil, este envolvimento deu lugar a uma proposta e uma chance para uma ação de forma conjunta a um aprofundamento da democracia. Ela cita que: essa aposta precisa ser compreendida de uma forma onde o início do envolvimento da sociedade, se transformou em um ponto principal como uma característica diferente do projeto, relacionado ao reforço na criação de espaços públicos onde o Estado e seu poder vigente pudessem ser transmitidos à sociedade. A autora em várias partes desta discussão cita as mudanças ocorridas na sociedade; as lutas e contrastes que houveram para a afirmação da democracia e como foi essencial a criação de espaços e debates da sociedade para a efetivação da cidadania e o aprofundamento da democracia.

Dagnino (2004) vai relatar em seu debate que, com a eleição de Collor em 1989 e como parte prioritária da estratégia do Estado para o andamento do ajuste neoliberal, houve a urgência para a consolidação de um projeto de Estado mínimo, que tira de forma progressiva o seu papel de viabilizador de direitos; através da diminuição das responsabilidades sociais e sua ida para a sociedade civil. O projeto contém o núcleo nomeado pelo processo global que adequa às sociedades ao

modelo neoliberal que era feito pelo consenso de Washington. Ela relata que: a década de 1990 é marcada pelo andamento de dois projetos relacionando a sociedade civil de forma propositiva e ativa. Vale ressaltar que, sobre a época em que Collor foi presidente, podemos citar que em seu mandato houveram muitos roubos, desvios de dinheiro, por mais que seu discurso fosse por uma sociedade mais igualitária, identificou-se que seu mandato não beneficiou a sociedade e não ajudava a sociedade a crescer e só “beneficiou” seus desejos e a renda destinada para melhoria no país, foi desviada para consumo e satisfação de prazeres pessoais.

Segundo Gadelha (1967) Marshall era um visionário e que conforme as palavras de Keynes ele queria fazer algo de positivo para a sociedade. Por essa razão, dá-lhe o título de sociólogo seria algo não tão importante a se fazer. Para ele, alguns sociólogos vêm passando por um processo benevolente onde relacionando ao seu desempenho intelectual, ele não gostava de distinguir economista do sociólogo, explicando que um precisa ser guiado pela razão enquanto o outro guiado pelo coração. Em suas palavras, um sociólogo com caráter como todo economista verdadeiro, entende que escolher fins ou ideais está fora do âmbito da ciência social e está inserido no campo da filosofia social. O idealismo de Marshall, fez com que ele pusesse a ciência da economia em detrimento de políticas ao incorporá-la como ciência que pode ser introduzida de forma verdadeira para descobrir a natureza e o conteúdo das questões relacionadas à política precisando lidar e fazer uma avaliação sobre a eficácia relacionadas a opções a realização de certos objetivos. Ele vai dizer que Marshall tinha consciência de que até em casos onde eram verificados problemas econômicos, a ciência da economia por si só, não era capaz de oferecer estes dois serviços. Em sua opinião, foi talvez por esta razão, que Marshall, sentiu-se incapacitado e sem perspectivas em relação aos seus feitos e chegou a se arrepender de ter optado a Economia à Psicologia, uma ciência que poderia ter possibilitado mais a compreender a vida em sociedade e possibilitado compreender melhor a alma humana.

De acordo com, Marshall a sociedade de forma humana, sua profissão não possibilitou conhecer como é dada às relações entre os homens e ele se questionava isso. Ele foi um revolucionário que queria mostrar através de suas ideias que o homem pode se desenvolver e melhorar suas potencialidades.

Ainda nas palavras de Gadelha (1967), Marshall foi levado a falar de coisas evasivas que ele preservava como firmemente importantes tais como uma obra chamada *The future of the working classes* onde ele citava a questão do problema de igualdade social sob a ótica de custo econômico, chegando a ponto de falar de Sociologia, se aprofundando no assunto. Marshall também utilizava a economia e a sociologia para compreender os fatos ocorridos dentro de uma sociedade, expondo suas ideias de forma clara e objetiva.

Para Bello (2007) falar do mundo jurídico dando enfoque no Brasil, está pautado na edificação e abordagem do neoconstitucionalismo. Trata de um fenômeno multifacetado representando uma nova ideia para a teoria constitucional que está sendo muito comentado pelos constitucionalistas brasileiros nos últimos tempos.

Diversos estudos relatam sobre o assunto, segundo o autor pesquisando as características de várias nuances. No geral, há uma característica a esse tipo de trabalho: a falta de um aprofundamento reflexivo crítico sobre o objeto investigado. Fala-se da literatura brasileira de forma preocupante devido a descrição e não relacionada a análise crítica, assim como dos fenômenos.

Ainda conforme Bello (2007) apresenta uma ideia crítica sobre neoconstitucionalismo, tendo como referência alguns pontos principais, focando na justificação e eficácia de direitos fundamentais. Fazendo uma análise sobre os direitos sociais, o autor apresenta um tratamento referenciado de forma dogmática sobre direitos fundamentais. Com o apoio na teoria política e social da cidadania, ele optou em expor as insuficiências da concepção de jurisdição levando a priorizar o resgate da política para a viabilização de direitos priorizados na ótica brasileira.

Bello (2007) vai falar sobre como ele desenvolveu a característica total sobre o advento e as características pautadas no neoconstitucionalismo, apresentando uma das obras pioneiras da doutrina estrangeira e nacional. Este assunto é tratado em âmbito acadêmico. O autor vai abordar também em seu debate as características de neoconstitucionalismo e suas obras produzidas no Brasil, pautando com base na teorização e aplicação onde é possível compreender algumas tendências.

Ao analisar todo conteúdo exposto identificou-se que este autor, faz uma profunda reflexão sobre os direitos sociais e cidadania no campo jurídico trazendo

uma vasta compreensão de como esses direitos serão efetivados dentro da conjuntura da política brasileira.

Ele aborda várias nuances e aspectos engendrados dentro do Brasil, fazendo uma análise criteriosa sobre as condições de como a cidadania é exposta em cunho nacional ou internacional.

Segundo Faleiros (1991), as políticas sociais no Brasil estão envolvidas com as questões relacionadas em âmbito econômico, político e social. São enxergadas sobre forma de mecanismos de manutenção da força de trabalho em algumas fases, em outras como vitórias dos trabalhadores, ou como forma de doação das elites dominantes, e sob a forma de instrumento de garantia na expansão da riqueza ou dos direitos do cidadão. Faleiros expõe que as políticas sociais funcionam como mecanismos de efetivação de direitos para a classe trabalhadora e como instrumento de força produtiva, para a classe dominante.

O Serviço Social, vista na divisão sociotécnica do trabalho, precisa ser compreendida a partir das pautas expostas pelo envolvimento de classe que é firmada pelo modelo societário, intitulado capitalismo.

Segundo Pastorini (2007, p.16), o Serviço Social como uma das carreiras que é responsável pela ponte entre Estado, burguesia e classe trabalhadora na implementação e implantação das políticas sociais voltadas ao enfrentamento da questão social que surgiu na primeira metade do século XIX, com o aparecimento da pobreza, na Europa Ocidental é que apresenta hoje novos aspectos a partir de um cenário que é exposto por monopólios e pela ótica neoliberal. O Serviço Social é a profissão que liga a burguesia a sociedade e é através dela que é compreendida como se dará a efetivação e manutenção de direitos por uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Piana (2009) o estudo sobre as políticas sociais no âmbito na área de Serviço Social, vem se expandindo sua importância de forma em que estas vêm se ampliando como táticas primordiais de lutas sobre manifestações da questão social na sociedade capitalista dos dias atuais. Discutir as políticas sociais no Serviço Social é primordial, pois é através destas políticas é que o homem poderá participar da construção de sua vida em sociedade e ter seus direitos garantidos e o Serviço Social dará a possibilidade dessas políticas serem implementadas e não sejam violadas.

Segundo a autora, não há uma fase específica da aparição das primeiras formas intituladas políticas sociais, sendo que, como um processo social, elas surgiram na aparição dos movimentos que levantaram o capitalismo como no caso da Revolução Industrial das lutas de classe e da expansão da intervenção estatal. As políticas sociais foram um processo de lutas e debates onde a classe trabalhadora buscava pela consolidação de seus direitos e encurralava e questionava a burguesia sobre o seu papel perante essas políticas.

Segundo Saes (2001), desde o surgimento da Constituição Federal de 1988, a montagem da cidadania política no Brasil tem sido uma das pautas de preferência de politólogos e constitucionalistas. O autor cita que sua intenção não é mostrar um quadro morfológico da expansão da cidadania política no Brasil. Há um mapeamento de vários estágios que tem acontecido, com maior ou menor detalhe, por vários cientistas sociais, historiadores e juristas. As obras como: livros, ensaios e artigos realizados por esses autores têm ocorrido a luta dos direitos políticos no Brasil com avanços e recuos, sendo conhecida por pessoas interessadas na história contemporânea do Brasil. A construção da cidadania, é dada e aprimorada no Brasil através de estudiosos e pessoas que apresentam um interesse nesta temática e como ela vem se desenvolvendo ao longo dos anos.

O autor cita uma lista das carências do Brasil no âmbito da cidadania política:

- Ocorreu a interdição do voto analfabeto, desde a época da lei imperial de 1881 até a Constituição Federal de 1988;
- A falta do voto feminino, do voto secreto da Justiça eleitoral que tinha cunho burocrático e profissional, indo até o código eleitoral de 1932 e constituição Federal de 1934;
- Supressão por completo (no caso do Estado Novo) ou quase por completo (no regime militar) dos direitos político etc.

Constata-se que foi uma época de muitas carências e direitos suprimidos no âmbito da cidadania onde mulheres e outros grupos da sociedade não eram favorecidos e tinha seus direitos violados. Percebe-se também que o Brasil em sua trajetória sempre “beneficiou” a elite, omitia e não favorecia a classe trabalhadora.

Saes vai dizer que um trabalho diferente precisa desenvolver uma busca por uma explicação para o fato assumido, no Brasil em relação a processo de

desenvolvimento da cidadania política. Ele diz que se vale a pena investir nesse terreno e devido aos restritos estudiosos falam a esse respeito fatos explícitos, desenvolvidos e sistemáticos. O autor expõe que esse tema é muito delicado e que pessoas estudiosas como este tema vai abordá-lo de forma a achar soluções, usando em aparato de forma criteriosa.

Segundo Bobbio (1990) em seu escrito intitulado a Era dos Direitos, vai abordar sobre problemas ligados a democracia e a paz, cujo ele se dedicou a sua vida. Ele diz que a autenticação e a proteção dos direitos do homem estão pautadas nas constituições democráticas modernas. Ele aborda que a paz, é um item importante para a legitimação e a democratização do sistema internacional, que um campo extremamente necessário para a busca da paz segundo o sistema kantiano de se expressar, não pode caminhar sem uma gradativa expansão da autenticação e de proteção aos direitos do homem, que estava acima de cada Estado. Os direitos do homem, a democracia e a paz são três episódios eternamente necessários do mesmo grupo histórico; pois sem os direitos do homem reconhecidos e cuidados não há democracia. Bobbio em seus escritos pauta o direito do homem como algo essencial para a vida em sociedade, ele usa e aborda a ideia de outros autores também para expressar suas opiniões acerca do assunto.

Segundo Bobbio (1990) o direito do homem está somente relacionado a ele. Ou fala sobre os estatutos do homem pautado nesses direitos: “Ele irá dizer que os direitos do homem foram feitos para todos os homens, no qual nenhum pode ser indiferente.” O autor irá relatar que o direito do homem são aqueles que darão reconhecimento ao homem como pessoa humana, ou para o progresso da civilização.

Ainda de acordo com Bobbio, os direitos do homem são uma classe variável, como está descrita na história dos últimos séculos. O autor irá dizer que os direitos do homem mudam, e continuam mudando, devido a modificações nas condições históricas, ou seja, dos interesses e das necessidades, de grupos que estavam no poder e de forma que estivessem disponíveis para o acontecimento dos mesmos, de transformações técnicas, etc.

2.2 A cidadania no Brasil: o caminho percorrido

O esforço na construção da democracia no Brasil vigorou após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das características desta tentativa é a tendência que assumiu o sentido de cidadania para grandes grupos como: políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos adquiriram. A cidadania se espalhou perante a sociedade, ganhou um novo formato, pois agora os anseios do povo estavam em pauta.

Havia esperança de que a socialização das instituições traria benefícios para a população. Acreditava-se que o fato de haver uma reconquista ao direito de eleger prefeitos, governadores e presidente da República, ocorreria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. A forma de manifestar o pensamento era livre, a ação política e sindical era livre também. O direito ao voto era ampliado e disseminado. Porém, as coisas não foram positivas em outras áreas. Já haviam passado 15 anos, desde o fim da ditadura, surgindo problemas na sociedade, como por exemplo, a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a defasagem na educação, a introdução inapropriada nas áreas da saúde e saneamento e as gritantes desigualdades sociais e econômicas ou continuariam a ficar sem solução, ou pioram, ou quando obtêm uma melhora é de forma bem devagar. Como resultado, os próprios instrumentos do sistema democrático, como por exemplo: as eleições, os partidos, o congresso, os políticos, se deterioraram e perderam a credibilidade dos cidadãos.

Segundo Carvalho (2013) não houve provas de que a falta de confiança dos cidadãos possa ter sido gerada pela lembrança relacionada ao governo militar, sendo que a nova geração nem se lembrava. Não havia indícios de periculosidade para o sistema democrático. Contudo, havia falta de crença na melhoria em curto prazo, devido a crescente subordinação do país relacionada à ordem econômica internacional, era um fator incômodo, em relação ao sofrimento humano e por um possível retrocesso em conquista que haviam sido almejadas. Por isso, era importante pensar sobre a questão da cidadania, sobre o seu conceito, sua trajetória histórica e seu entendimento. Foi algo necessário, pois fez refletir sobre a época de passagem dos 500 anos da vitória dos portugueses em solo brasileiro. Este trecho, refere-se a situação caótica que pairava sobre o país e como ela afetava na vida de cada pessoa, no que tange aos direitos.

Segundo Carvalho (2013), a discussão sobre a cidadania era algo difícil de ser interpretado. O fato de haver direitos como: a liberdade de pensamento e o voto, não brotava vantagem para os cidadãos como, por exemplo: a segurança e o emprego. O fato do direito ao voto não cria a garantia de governos dispostos a resolver das demandas básicas da população. Expondo de outra forma: a autonomia e o engajamento não garantem de forma eficaz, a solução de problemas sociais. Isto significa, que a cidadania engloba vários aspectos e que alguns podem estar inclusos sem os outros. A cidadania plena que visava igualdade e acesso para todos, é algo que talvez nunca possa ser alcançado. Mas, o uso dessa cidadania tem possibilitado para o entendimento do valor da cidadania em cada país e em cada período histórico.

Na época após 15 anos de ditadura tornou-se algo comum expor a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Para ser considerado cidadão é preciso ser titular de três direitos: civis, políticos e sociais. Cidadãos chamados de incompletos tem acesso a poucos direitos. Os que não têm acesso a esses direitos não são considerados cidadãos.

Segundo Carvalho (2013), direitos civis, são os direitos inerentes à vida, à liberdade, à propriedade, a ser igual perante a lei. Eles contemplam o direito de ir e vir, de decidir o trabalho, de expor sua forma de pensar, de planejar-se, de ser preso somente pelas autoridades e que estivessem tudo de acordo com a lei, de não ser julgado sem processo legal regularizado. Estes são direitos, baseados na presença de uma justiça que era barata e de fácil acesso para todos. São esses fatores que viabilizam o relacionamento entre pessoa e a existência da sociedade civil eclodida com a aparição do capitalismo. Este trecho está expondo o direito à liberdade de cada cidadão e de como esses direitos estão pautados na lei.

Ainda conforme defendido por Carvalho (2013), era possível que houvesse direitos civis e não houvesse direitos políticos. Estes direitos políticos envolvem o cidadão no governo da sociedade. A forma de exercício era limitada e restringia-se na maneira de exercer demonstrações políticas, de formular partidos, de ter direito a votar e ser votado. Quando fala sobre direitos políticos, significa falar sobre o direito ao voto. Poderiam ocorrer direitos civis, sem mencionar os direitos políticos, porém o contrário não. Sem mencionar os direitos civis, pode ocorrer uma retenção no conteúdo e estes servem para embasar governos, do que dar voz aos cidadãos.

Os direitos políticos englobam: os partidos e parlamentos de forma autônoma e com representatividade. Eles é que dão poder e através deles é que vigoram o valor da organização política da sociedade. Sua base é a concepção de autogoverno. Este trecho faz referência aos direitos políticos de cidadão e dos direitos também que são incumbências do governo.

Segundo Carvalho (2013) expõe, havia os direitos sociais que viabilizam a vida em sociedade, viabilizam o envolvimento na riqueza coletiva. Eles abordam o direito à educação, ao trabalho, ao salário digno, acesso à saúde e a aposentadoria. Eles permitem às sociedades diminuir o quantitativo da desigualdade gerado pelo capitalismo e visa assegurar uma forma satisfatória de bem estar para toda sociedade. O trecho em questão refere-se aos direitos do cidadão as necessidades básicas e como esses direitos precisam ser cumpridos e fortalecidos.

Segundo T. A. Marshall (s/a) a cidadania se desenvolveu de forma lenta. Foi baseado nos direitos civis que os ingleses, lutaram pelo direito de votar. Este envolvimento possibilitou o surgimento do Partido Trabalhista que foram dirigentes pela aparição dos direitos sociais.

No entanto, havia uma exceção na forma como os direitos eram introduzidos. Outro ponto que será abordado é a questão sobre a educação popular. Ela era considerada como direito social e foi ponte para que outros direitos fossem criados. Em países onde a cidadania se expandiu rapidamente, a educação popular foi adotada. Através dela, os cidadãos tiveram a oportunidade de conhecer sobre seus direitos e lutarem por eles. O maior impedimento para a construção da cidadania é a falta de uma educação de qualidade. O trecho abordado, cita a educação como fonte de conhecimento e base para que o cidadão tenha consciência da cidadania.

A ideia de direitos faz entender que a cidadania é um processo histórico. Houve muitas mudanças colocando em pauta o discurso sobre a questão da cidadania, até mesmo nos países em que parecia ter sido solucionada.

Para Carvalho (2013) havia muitos enfoques para serem debatidos, acerca da cidadania é que cada pessoa ao criar sua visão acerca da temática estaria assim praticando a cidadania.

2.3 Uma reflexão sobre Direitos Humanos e Cidadania: convergências e divergências

Segundo informações contidas no site da Organização das Nações Unidas - ONU: : “os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.”

Ainda de acordo com a ONU, os direitos humanos englobam o direito à vida, à liberdade de opinião e de se expressar, o direito a trabalhar e a ter acesso a educação, entre muitos outros. Este trecho relata que todos merecem ter acesso a esses direitos, sem discriminação.

Para entender as convergências entre direitos humanos e cidadania Arendt (1993) vai dizer que: “cidadania é o direito a ter direitos.” Neste trecho identifica-se que todos os cidadãos têm direitos a cidadania.

Segundo Silveira (2011) novos conceitos foram englobados ao conceito de cidadania e que é preciso compreendê-la em sua totalidade. As convergências estão na historicidade e pelo ingresso de valores no mundo jurídico. Ele vai falar também, da dignidade da pessoa humana como ponto chave para a concepção de direitos humanos e cidadania.

O trecho acima expõe que as convergências entre direitos humanos e cidadania precisam ser compreendidas em sua totalidade e que a dignidade da pessoa humana é algo importante para entender esta concepção.

De acordo com Matos (2006), a explicação sobre os direitos humanos começou com real amplitude no campo filosófico-metafísico, que o tornou algo inerente à condição humana. Esses direitos apareceram devido a um demorado processo, intensificado com a Declaração dos Direitos do homem e do cidadão, proclamada na França, em 1789, inspirada nas ideias filosóficas do Iluminismo, dando origem um pensamento voltado para o ser humano e sua relação com a sociedade e com o Estado.

Outro período de extrema importância para a viabilização dos direitos humanos aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era restabelecer, de forma diplomática, os direitos e a garantia em preservar a vida humana. Através da carta

das Nações Unidas, de 20 de junho de 1945, as nações expuseram seu desejo de manter a vida e as relações humanas e sociais (MATOS, 2006).

Passos (2010, p.13) expõe que, “no pós-guerra houve a necessidade de intensificar a construção dos direitos humanos e da cidadania, devido à lógica da destruição dos regimes vigentes, a exemplo do nazismo.”

No Brasil, a luta pelos direitos humanos surgiu como resposta a várias formas de violência ocorridas no período da ditadura militar a partir de meados da década de 1970. Durante a restauração da democracia no país a partir de 1980 houve diversos debates e seminários, além de forte manifestação social apareceram com o intuito de criar uma nova cultura política que protegesse entre outros assuntos, a defesa dos direitos humanos e a construção da cidadania (MATOS, 2006).

Este tema é complexo, pois cria polêmicas, impondo uma explicação sobre o significado de direitos humanos e cidadania. Os direitos humanos conforme explica Benevides (2009), naturais e históricos estão ligados à natureza humana e superam fronteiras jurídicas e a supremacia dos Estados. O entendimento desses direitos não foi e não será estatístico através do tempo podendo gerar a interferência de movimentos de cunho social e político.

Benevides (2009), expressa que a cidadania e os direitos da cidadania fazem parte a uma determinada jurídico-política que estão em vigor em Estado ou país que define e garante quem é cidadão. Dessa forma não representam como direitos universais já que estão inclusas na Constituição de cada nação. Dessa forma, é necessário identificar o cidadão brasileiro, o cidadão argentino e ocorrer uma definição entre os direitos e os deveres desses cidadãos variando de acordo com as especificidades de cada país.

Portanto, o conceito de cidadania é acima de tudo político e não está voltado a valores universais, mas a decisões de cunho político. Nesse enfoque pontual, é que estão situadas as divergências entre direitos da cidadania e direitos humanos. Em vários casos, há convergência entre esses direitos, pois são semelhantes, porém os direitos humanos são mais amplos e abrangentes. O direito de cidadania não poderá descumpri-los.

Segundo a autora, nas sociedades democráticas os direitos humanos e os direitos de cidadania estão bem perto um do outro. Ocorre então, a separação que

mostra a cidadania como direito, ligado a determinações jurídico-políticas e não como direito natural.

Nogueira Neto (2005) vai além da discussão em relação a esses conceitos trilhando uma particularidade que é polêmica, tratando a cidadania no que tange às desigualdades, algumas vezes confundidas pelo totalitarismo, ocasionando preconceitos e discriminações em relação às diferenças. O direito de igualdade relacionado a lei pode modificar por interesses pessoais de grupos dominados.

Segundo Lafer (s/a) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, implementada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 217-A (III) de 10 de dezembro de 1948, foi um fato histórico de grande importância. Ao dizer que a função dos direitos humanos no âmbito da convivência coletiva, pode ser considerada algo inaugural na intitulada nova concepção de vida internacional.

Ainda conforme o autor enfatiza no âmbito das relações internacionais, a Declaração Universal, segundo a esteira da carta da ONU, modificou a chamada lógica da Paz de Westfália (1648). Na concepção de Estados soberanos e livres não exercia peso a povos e indivíduos. Pautava-se nas relações de conflito e sincronia entre pessoas importantes de um sistema internacional que era de natureza intra-estatal. Este mesmo sistema criou as regras de abstenção mútua do Direito Internacional Público Tradicional. Estas regras eram pautadas na vontade dos Estados e foram implementadas como normas da interação possível entre as soberanias que se conduziam pelas suas “razões de Estado”. Por esse motivo, não vislumbraram qualquer introdução nas relações entre o Estado e os cidadãos que estavam sob seu domínio. Identifica-se, que os Estados todos tinham segundo seu domínio, as suas próprias concepções acerca de como os Direitos Humanos eram introduzidos e consolidados.

Durante o século XIX, os anseios da necessidade na relação entre Estados foram reduzindo a eficácia da lógica de Westfália e de suas regras de reciprocidade de renunciar, propondo regras de recíproca colaboração. Foi por esse motivo no qual o pós Primeira Guerra Mundial terminou ultrapassando a informalidade do equilíbrio de poder que se referia ao Concerto Europeu. Ao analisar este trecho, identifica-se que durante o período de pós-guerra houve uma intensa luta por uma reformulação na visão do Estado para uma introdução clara e concisa no que refere-se aos Direitos Humanos.

Houve um pacto com a Sociedade das Nações de 1919, uma tentativa de criar um *pactum societatis* (pacto de sociedade) no âmbito internacional. O *pactum societatis*, de intitulação global, estava direcionado para a regulação no uso da força e acabar evitando algo inédito que era uma surpresa técnica e destrutiva da guerra moderna.

Em todos os tempos, houve lutas e guerras para a implementação dos Direitos Universais. Fazendo uma correlação com o item 2.2 identifica-se também que a cidadania junto aos Direitos Humanos estão relacionados, pois ambos trabalham com a efetivação e viabilização dos direitos do homem. Nos estudos realizados, as autoras relatam que todo homem tem o direito de estar inserido na sociedade e isto o caracteriza como cidadão. Ao longo do caminho, houve lutas e debates para a efetivação dos direitos humanos e ampliação e consolidação da cidadania. Ainda há um longo caminho a ser trilhado, mas com fibra e garra haverá uma sociedade mais justa e igualitária.

2.4 O conceito de educação e Política de Educação Superior no Brasil: um breve histórico

Neste item, será abordado o conceito de educação, realizando um breve histórico da Educação no Brasil, dialogando com a produção de Paulo Freire e o seu legado na educação. Atualmente, é comum ligar o processo de educação de um indivíduo à sua participação no mercado de trabalho, por meio de uma atividade profissional que o identifique dentro de uma sociedade. As pessoas com esses desejos caracterizam-se pelo seu perfil profissional e não por sua vocação humana que ama, respeita e dialoga com o outro.

O professor Paulo Freire que luta contra as desigualdades sociais, faz um alerta, desde o fim da década de 1970 sobre o que poderia ocorrer com a educação nos dias de hoje.

Para Freire (1996) educar não é uma simples forma de transmitir conhecimentos pois a forma de apresentar conteúdos vai transformando a forma como os alunos percebem o curso. Educar é algo, além disso, é um sentimento de busca constante por aprimoramento.

Para o referido autor, é de suma importância perceber a educação de forma humanizada, onde o cidadão esteja ligado a valores ontológicos para uma melhor

relação com outras pessoas, separando-se apenas de uma educação que forma o indivíduo para o mercado de trabalho.

Para Freire 1997, os homens não são coisas e nem objetos, mas pessoas que podem mudar o mundo. O trecho em questão cita Paulo Freire, pois ele acredita que o homem precisa ser visto como alguém que possui sentimentos e que não é um objeto e que através da educação este homem pode mudar o mundo.

Paulo Freire ao viajar por diversos países percebeu em cada um deles que a forma de educar era diferente, cada um com suas distinções.

Em sua obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*, Freire identifica a busca do ser, que não pode se dá a partir do isolamento, no ato individual, mas em coletividade com relações solidárias entre os homens. Sendo assim, para que se concretize uma real educação entre os homens é necessário ultrapassar a divisão opressor-oprimido, buscando uma humanização que esteja acima da exploração e neste sentido de mercado.

Os educadores precisam buscar com vigor e ter a consciência da importância da ação de educar, buscando compreender o processo que ocorre dentro das instituições de ensino.

Caso esta definição de educação que é defendida por Paulo Freire, seja aceita, conclui-se que a educação defendida por ele identifica o homem como um ser em processo de mudança e com extremo potencial para mudar o mundo através da educação.

Em seu escrito intitulado: “Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas”, Paulo Freire (2003, p.79) diz que “[...] o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo”. Ao analisar esta definição, identifica-se que, para Freire, o conhecimento, consiste num processo. E este processo engloba ação e reflexão sobre o mundo, que são realizadas pelo ser humano.

No texto: “O processo da alfabetização política: uma introdução”, Paulo Freire (2003, p.72) ressalta que “[...] o conhecimento envolve constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade”. Neste trecho Freire destaca a ação e reflexão relacionadas ao processo que ele chama de conhecimento.

Segundo Romanelli (1988), o ensino superior foi criado há mais de um século, durante a estadia da família real portuguesa no Brasil de 1808 a 1821, a primeira

organização do ensino em uma universidade, por decisão do Governo federal só surgiu em 1920, com a aparição da Universidade do Rio de Janeiro pelo Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, que se deu durante o governo Epitácio Pessoa. Ainda nas palavras da autora, em 1912, já tinha sido criada a Universidade do Paraná, sendo oficializada pela Lei Estadual Nº 1.284. Pertenciam a ela, parte às faculdades de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Entretanto, o Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 11.530, de março de 1915 que designava a abertura de escolas superiores somente em cidades com mais de 100.000 habitantes acabava deixando publicamente a Universidade do Paraná, pois Curitiba naquele tempo, não atingia essa população.

Romanelli (1988) aborda que, em 1927, apareceu por intermédio de Francisco Mendes Pimentel, a Universidade de Minas Gerais, que também não passou da junção das Escolas de Direito, Engenharia e Medicina.

Para a autora, essas eram as únicas Universidades Brasileiras, que eram recém-criadas, que existiam antes do decreto de 19.851, de 11 de abril de 1931, que instaurou o Estatuto das Universidades Brasileiras, aderindo, para o ensino superior, o regime universitário. Naquela mesma data, pelo decreto 19.852, o governo acabou reorganizando três cursos que já existiam, a Escola de Minas Gerais, as Faculdades de farmácia e Odontologia, a Escola de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música e a Faculdade de Educação e Letras, sendo que esta última não havia sido introduzida.

Em suas palavras, apesar da reformulação da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade que surgiu, foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de Janeiro de 1934. A Universidade de São Paulo apresentava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Em 1935, o Secretário da Educação Anísio Teixeira criava a Universidade do Distrito Federal que foi caracterizada, pois não possuía três faculdades tradicionais e possuía uma Faculdade de Educação, na qual abrigava o Instituto de Educação. Em 1935, também foi criada a Universidade de Porto Alegre, que foi a primeira a inserir na sua estrutura, uma Faculdade de Estudos Econômicos.

A partir de 1969, já era possível identificar universidades públicas e privadas por todo Brasil em 1969, um total aproximado de 46 universidades implantadas até este momento.

É válido considerar então, que a educação consiste em um processo para adquirir conhecimentos que é necessário ao homem em sua troca com a natureza e com os outros homens, destaca-se como um instrumento social, pois através deste processo há a possibilidade de expansão de uma cultura de contra-hegemonia, pois este processo de busca de conhecimento agrega valores ao homem para que ele exerça uma posição política e cultural: esse conjunto de forças sociais que irá se opor a diferenciadas formas de opressão e alienação.

Identifica-se a educação como um processo para aprendizado dos homens e como este processo agrega valores na vida dos homens e que no âmbito político e cultural exerce um conjunto de forças que irão se opor a diversas maneiras de opressão e alienação.

O processo de educação, segundo Gramsci, engloba vários espaços: o próprio homem, a família, as organizações de cultura, a política e dentre eles a escola. Tais processos englobam diferentes ferramentas como: convivência social - o trabalho que é compreendido como atividade teórico-prática - a práxis política, o estudo, a filosofia, o conhecimento científico, o conhecimento das línguas e das artes.

A educação no âmbito universitário é de suma importância, pois é através do ambiente acadêmico é que surgirão profissionais com pensamento crítico e através deste pensamento poderão agregar valores na sociedade e em seus ambientes profissionais.

2.5 A aproximação do conceito de cidadania pelo Serviço Social.

Dando ênfase a questão da ampliação e consolidação da cidadania no Núcleo de Prática em Serviço Social da UNIGRANRIO é importante dizer que esse espaço visa contribuir para que o aluno possa ter seus direitos efetivados. O ambiente universitário busca uma formação de qualidade, que passe valores humanísticos ao aluno e relacionando ao campo empírico, é que através dele serão criados meios para que esse aluno possa ter uma educação de qualidade.

As (os) Assistentes Sociais do Núcleo de Prática em Serviço Social - NUPSS da UNIGRANRIO tentam através de um perfil crítico, criativo, investigativo e propositivo estar em constante atualização e engajados com a transformação da realidade social.

Todos os programas e projetos criados no Núcleo de Prática em Serviço Social visam modificar a realidade de pessoas, enriquecendo a maneira como esses cidadãos enxergam o mundo.

Vale também citar o projeto ético - político no que concerne aos valores e princípios contidos neste código que é trabalhar para a ampliação e consolidação da cidadania. Desta forma, as (os) Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social da UNIGRANRIO vão trabalhar para que os direitos sociais desses alunos e usuários sejam efetivados.

Através deste espaço ao aluno / usuário ganha autonomia para conscientização de seus direitos.

O Serviço Social, enquanto um campo do trabalho e de sua prática como resultado de um ramo de trabalho que tem como ponto principal as expressões da “questão social” precisa construir sua história profissional com espírito crítico, compromisso ético-político, e consistências técnico-operativa. (CARDOSO, 1997). Estes três aspectos criam uma unidade que inacabada, em constante evolução, pois através de nexos criados entre realidade, teoria, ética e prática profissional, na qual é envolvida por estratégias pautadas e firmadas com os indivíduos que participam do processo de trabalho, com movimentos sociais, instituições e outros grupos profissionais.

Nos dias de hoje, o significado de cidadania tem sido um dos grupos mais utilizados pelo Serviço Social, surgindo ora como mediação, ora como ferramenta de ação, ora como princípio ético. Dessa forma, como o projeto de ruptura do Serviço Social com a perspectiva assistencialista, tem introduzido no seu debate a categoria cujo surgimento, no Estado moderno, está localizado no Estado capitalista?

Este debate pode ocasionar outros debates, tais como quando e porque o Serviço Social utiliza a chamada categoria cidadania? Qual é o significado de cidadania que engloba a prática profissional? Pois há algo que é “novo” sendo proposto pelo Serviço Social para o confronto da exclusão social através do intermédio da cidadania? E como a categoria pode ser atribuída ao novo projeto pedagógico do Serviço Social?

Para Rabassa (1999) a cidadania é uma categoria utilizada pelo Serviço Social nos dias de hoje, apesar de sua duplicidade que leva a suas origens. No entanto, o seu sentido não é exposto sendo aplicado pela classificação ou por uma

perspectiva do discurso em que é apresentada. Ainda na compreensão da autora, é preciso compreender a visão histórico - conceitual e a comprovação de como esta categoria é implementada pelo Serviço Social, no que tange aos enfrentamentos, para que os (as) Assistentes Sociais possam contribuir de forma clara e eficiente no desenvolvimento da cidadania. Este trecho aborda que a cidadania e o Serviço Social estão juntos e que para serem compreendidos precisam ser percebidas historicamente.

A partir de agora será apresentado os princípios do Código de Ética da profissão. Dentre os princípios fundamentais do Código de Ética estão ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Para que haja a compreensão deste conceito é importante abordar que:

[...] “exercer a sua cidadania, ser cidadão constitui em pertencer a uma sociedade na qual exista o direito de expressão, participação e de ser compreendido. Ser cidadão, é poder gozar de direitos políticos, civis e sociais. Atualmente não pode entender e falar sobre cidadania mencionar anos de lutas para conquistar do que se denominou direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Esses direitos são as bases para conquistar da cidadania política em um Estado Democrático de Direito, cabe a este Estado proteger juridicamente todos os direitos inerentes ao cidadão.” (OLIVEIRA; SANTOS; OLIVEIRA; COPELLO, 2019, p. 10-11.)

Este trecho está expondo, a cidadania como ponto central para os homens terem seus direitos viabilizados e que como princípio fundamental do código de ética do Assistente Social, ele prioriza os direitos do cidadão.

O livro Plantão Social para cidadania de autoria de Maria das Graças Gouvêa vai expor o diálogo múltiplo de busca e limites, com as quais pode se transformar em uma questão a ser compartilhada na visão sobre instrumentos do trabalho social.

Para Gouvêa (2009) o plantão é um espaço para o usuário ter a chance de realizar a cidadania, seja por um atendimento de emergência, ou seja, por um trabalho continuado.

Na visão da autora para a cidadania ser compreendida é preciso que haja: o envolvimento dos usuários na questão de triagem sempre quando os profissionais possam realizar leituras, aprofundar-se para explorar o conhecimento os recursos da população para que sejam realizadas parcerias e não somente para

encaminhamentos. O trecho citado destaca a importância do processo de triagem e o envolvimento dos profissionais para ampliação e consolidação da cidadania.

O assistente social, como profissional da coerção e do consenso faz uma grande diferença quantitativa e qualitativa na vida do usuário ao qual está ali naquele local buscando informação ajuda e tirar suas dúvidas, isso interfere até na participação individual do usuário ali atendido naquele setor, e pode trazer e dá uma total diferença na vida atual e até mesmo futura daquele usuário.

É um grande desafio a intervenção do profissional com o usuário, porque o enfoque maior sempre vai ser sobre a questão do trabalho do profissional de Serviço Social também, nessa visão e perspectiva trata a questão como um campo contraditório.

É justamente sobre a questão da intervenção profissional no campo da política social que versa o presente debate. Busca-se, através dele, aprofundar o debate sobre as particularidades das ações profissionais no âmbito da política social, especialmente a autonomia e a especificidade, relacionadas à inserção dos assistentes sociais em espaços tradicionais das políticas públicas, vinculados à prestação direta de serviços à população.

Há que se levar em conta o momento particular do Serviço Social, buscando a sua consolidação como profissão em uma área supostamente considerada, ações no sentido de organização da demanda aos serviços e benefícios oferecidos pelo aparato institucional público e privado.

Os profissionais de Serviço Social junto das políticas públicas tem uma grande proposta formada para beneficiar e dá um aparato ótimo para a população, os trabalhadores, porém junto disso existe e tem o estado que não quer fazer isso e seguir e tirar do papel essa demanda, tirando por conta que é necessário de verba e fundos bons de ajuda financeira e vindo em conta disso o estado não gosta de contribuir dá suporte e fazer por onde, pondo em vista que tem fundos de sobra para fazer isso, mas não fazem porque eles não querem, pois será menos dinheiro "desviado", de fato.

A política social é uma responsabilidade imensa de intervenção na vida do profissional, ao qual está ali buscando atendimento. A intervenção profissional volta-se para a implementação das políticas nacionais, o cidadão tem vários direitos

assegurados que deveria ser seguido e feito pelo estado, mais que o próprio estado sempre deixa de lado e como sempre não faz o seu papel.

Dura pouco tempo à convergência de princípios e valores entre o Serviço Social e as políticas governamentais. O círculo virtuoso rompe-se, pelo menos em duas direções – no campo profissional e no plano das políticas nacionais de proteção social.

A luta sempre vai haver e continuará os profissionais desse setor sempre vão debater contra e prol disso dessa política que eles formam seus grupos, e deixam de investir onde é necessário e desviam o que podem ao invés de agregar e beneficiar a classe trabalhadora, os trabalhadores e a população em si. É difícil viver em um país uma população que você tem os seus direitos o estado deveriam cumprir com seu papel e não cumprem, e quando cumprem querem sempre ganhar em cima porque é assim que o nosso sistema funcional infelizmente não tem jeito, e muita das vezes também o cidadão nem sabe do seu direito e o estado gosta disso e se aproveita muito disso, e esse é o nosso país.

A maioria das vezes, os políticos, prefeitos, presidente, sempre vivem de promessas, só sabem prometer, aí na finalidade de 100 % daquilo que eles prometem fazem no máximo 30 %, para dá um cala boca ao povo saber, e o pior de tudo a classe trabalhadora a população os cidadãos se contentam e acham esse pouco muito, aí termina de complicar tudo e por isso que o nosso país está do jeito que está, mas na finalidade isso é mais do que obrigação do estado país fazer e manter, porém faz muito pouca e não realiza quase nada.

O profissional de Serviço Social defende o direito algo sempre favorecendo a classe trabalhadora e o estado sempre vai odiar isso porque é uma total ameaça para eles, e isso precisando de fundos financeiros, só atrasa mais os desvios de dinheiro deles.

2.6 O campo empírico da pesquisa: uma reflexão sobre o trabalho realizado nos programas e projetos do Núcleo de Prática Pesquisa em Serviço Social - NUPSS da Unigranrio, no que tange a ampliação e consolidação da cidadania

Neste item será apresentado cada um dos projetos/programas do Núcleo de Prática em Serviço Social - NUPSS da Unigranrio. Eles abordam a questão da ampliação e consolidação da cidadania, trabalhando a inserção do usuário seja ele

aluno ou não para viabilização de seus direitos dentro da Universidade e no atendimento desses usuários nas esferas: dos direitos humanos, saúde, educação e inclusão da mulher. As autoras tiveram acesso a estes itens através da apostila contendo material sobre o Núcleo da Prática em Serviço Social da Unigranrio e através de uma pesquisa exploratória realizada com as Assistentes Sociais deste espaço, no sentido de conhecer o processo de trabalho de forma mais aprofundada.

Os Programas e Projetos existentes no Núcleo de Prática em Serviço Social - NUPSS da Unigranrio são: Programa Cidadania e Educação que contempla os seguintes Projetos, Assistência Estudantil; Trilhando Rumos e Desafio Socioambiental; Programa Direitos Humanos e Controle Social; Programa Cidadania e Saúde; Programa Multiplicando Saberes e Programa Mulher em Atua Ação.

O Projeto Assistência estudantil trabalha com alunos de baixo rendimento acadêmico e que são bolsistas da Universidade (ProUni, Fies e Programa Escola Cidadã). No Projeto Trilhando Rumos, é trabalhada diversas temáticas nos espaços das escolas junto a crianças e adolescentes, por meio de oficinas socioeducativas que discutem: bullying, aplicação de testes vocacionais, preparando os jovens para o mercado de trabalho e a inserção no ensino superior, com dicas de como se comportar numa entrevista e de como montar um currículo.

O Projeto Desafio Socioambiental surgiu no 1º semestre de 2019, pois houve um interesse em trabalhar a questão socioambiental, após os desastres ocorridos em Mariana e Brumadinho. Este projeto está sendo implementado em duas escolas, sendo trabalhado com adolescentes de 15 a 20 anos, ocorre em escolas públicas e privadas de turmas do 2º ano do ensino médio. O projeto leva a educação socioambiental para as escolas, onde as Assistentes Sociais chegam nas escolas e fecham parcerias, passam uma ficha técnica onde o aluno preenche seus dados. São 50 alunos inscritos em cada escola, os alunos são convocados a ir a universidade, a proposta é que os alunos saiam com uma proposta de trabalho e capacitados para colocarem todo o aprendizado em prática. A melhor atitude realizada pelo aluno ganhará uma premiação.

O Programa Direitos Humanos e Controle Social trabalha na perspectiva da viabilização dos direitos de qualquer cidadão, seja homem ou mulher, que venha a ser atendido no Núcleo de Prática Jurídicas - NPJ da Unigranrio, nas diversas situações que envolvam: Vara da família, cível, criminal, patrimonial e questões

imobiliárias. Neste sentido, o Assistente Social que atua no NPJ, buscar identificar nos casos atendidos pelos profissionais do Direito, situações que também sejam da área de Serviço Social, como por exemplo, os casos de suspeita de violência e violação de direitos, realizando um atendimento seguido de encaminhamento para rede de enfrentamento à violência, quando necessário, no sentido de resgatar a cidadania desse usuário.

Além disso, o Programa Direitos Humanos e Controle Social, atua nos espaços de controle democrático de direito, possibilitando ao Serviço Social da instituição, ter assento no Conselho e Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho e Fórum Municipal dos Direitos de Mulher. Os trabalhos realizados nestes espaços são:

- Proteção e Garantia de Direitos humanos: caracteriza-se pelo atendimento e acompanhamento de Serviço Social em casos de violação dos direitos humanos principalmente em grupos em situação vulnerável, que vão ao Plantão Social através de encaminhamentos ou espontaneamente por setores internos da UNIGRANRIO, por organizações governamentais ou não governamentais;
- Promoção em Direitos humanos: se realiza através de curso de extensão, seminários, palestras, oficinas para a comunidade acadêmica e a comunidade em geral, direcionadas a tornar acessível o conjunto de direitos e garantias da população;
- Pesquisa em Direitos humanos: a pesquisa abordada no projeto como ação de importância e que subsidia as outras ações, pois é através da dimensão investigativa tanto no campo teórico como no empírico relacionada a realidade vivenciada.

Na área da saúde, o NUPSS possui o Programa Cidadania e Saúde, onde o usuário tem acesso a informações sobre os direitos socioassistenciais, uma vez que passa pelo atendimento junto a Assistente Social no espaço da Policlínica, sobre retirada de fundo de garantia, vale social, Pis, Pasep, imposto de renda (desconto). Suas ações se apresentam por meios das seguintes frentes de atuação:

- Oficinas de capacitação continuada na área da saúde: suas ações estão baseadas em um trabalho socioeducativo junto aos discentes e usuários da

Policlínica Nilza Cordeiros Hedy e a Clínica de Fisioterapia com o intuito de promover espaços de debate e refletindo sobre os direitos sociais e a política de saúde.

- Sala de Espera: compreende o desenvolvimento de ações sócio-educativas e a promoção da educação em saúde através de atividades no período da espera pelo atendimento médico e cria um espaço de reflexão e orientação em relação aos direitos sociais, especialmente, o direito à saúde.

O Projeto Mulheres em Atua-Ação , fala sobre trabalhar o exercício da mulher como cidadã. É um projeto novo na universidade em parceria com a Associação de Taekwondo do Município de Duque de Caxias onde são ofertadas aulas de defesa pessoal para mulheres. O índice de mulheres que sofrem violência doméstica cresceu muito em Duque de Caxias e neste projeto, é abordada a questão da mulher como cidadã e conscientizá-la que ela tem o direito de ter uma vida social plena e que seus direitos como ser humano devem ser respeitados. O direito da mulher se defender é um exercício de cidadania.

O Projeto Multiplicando saberes tem como objetivo promover educação permanente aos supervisores de campo de estágio de Serviço Social das instituições conveniadas a UNIGRANRIO, por meio de extensão que visam o aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional para uma intervenção qualificada no âmbito do exercício profissional, valorizando a produção de conhecimentos.

O projeto visa envolver e aproximar a comunidade acadêmica e os supervisores de campo de estágio em Serviço Social das instituições conveniadas com a UNIGRANRIO de vagas para estágio. Pensar na formação profissional na contemporaneidade requer um desafio para o curso de Serviço Social, no sentido de apresentar uma proposta de revisão crítica à sua trajetória, introduzindo suas conquistas e avanços já adquiridos, pois essa é a exigência à profissão nos anos 90, oriundas das transformações do mundo do trabalho.

CAPÍTULO 3

A PESQUISA DE CAMPO: a percepção dos profissionais de Serviço Social que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social (NUPSS) da UNIGRANRIO acerca da ampliação e consolidação da cidadania

3.1 A aproximação com o campo empírico da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no Núcleo de Prática em Serviço Social (NUPSS) da UNIGRANRIO, localizado no campus sede no município de Duque de Caxias. Realizou-se entrevistas com sete assistentes sociais que integram o NUPSS, cujo 4 deles são professores da UNIGRANRIO e 03 são Assistentes Sociais. As autoras entraram em contato com os participantes da pesquisa, agendando horários pessoalmente e via whatsapp. Utilizou-se o mês de Setembro de 2019 para realizarem presencialmente às entrevistas, foi uma experiência enriquecedora, pois os participantes da pesquisa relataram suas opiniões e percepções acerca de como é trabalhada e debatida a questão da ampliação e consolidação da cidadania dentro do Núcleo de Prática em Serviço Social.

Ao entrevistar os profissionais de Serviço Social que atuam neste espaço, notou-se e se identificou as diversas opiniões sobre cada um acerca do conceito de cidadania. Alguns participantes pautaram sobre a questão de como é importante a pessoa se reconhecer como cidadão e dos direitos que essa pessoa tem perante a sociedade. Relataram também: a importância do acesso à saúde, educação, segurança que são necessidades básicas para a vida desse cidadão. Algo que chamou atenção foi o relato sobre a necessidade do livre-arbítrio, ou seja, a pessoa ter a liberdade de escolher a forma de vida que ela quer ter.

Alguns participantes abordaram também sobre trazer a comunidade para perto do Núcleo de Prática, mostrando a essas pessoas seus direitos. Por muitas vezes, o cidadão não consegue ter acesso aos seus direitos, por desconhecê-los, para isso o Serviço Social funciona como profissão socialmente necessária para efetivar direitos e garantir a ampliação e consolidação da cidadania.

Uma questão abordada, que chamou atenção foi o Projeto Mulher-Atuação, pois nos dias de hoje, muitas mulheres perdem suas vidas devido aos seus companheiros que são violentos. É importante realizar através deste estudo uma

conscientização as leitoras deste trabalho e também as demais companheiras de curso que acessarem este material acerca das demandas apresentadas e ofertadas pelo Núcleo de Prática em Serviço Social e como é trabalhada a ampliação e consolidação da cidadania.

Identificou-se nesta etapa da pesquisa de campo, a certeza que os participantes da pesquisa, agregaram muito para este tema e foram peças fundamentais para que essa pesquisa ganhasse sentido. Cada um de forma única, expôs suas opiniões de forma gentil e agradável e trouxeram um olhar crítico e humano acerca desta temática.

3.2 Eixo I: O conceito de cidadania para a equipe de Serviço Social do Núcleo de Prática em Serviço Social

O eixo abordado apresenta qual o conceito de cidadania para o (as) entrevistadas (o) e identificou-se que cada um de uma forma particular pensa acerca do tema. Esta pergunta foi escolhida, pois a cidadania é algo importante para que o cidadão possa ter seus direitos efetivados.

Os sujeitos participantes da pesquisa, através de seu cabedal e aparato profissional enriqueceram esta pesquisa através de debates sobre o conceito de cidadania.

A partir deste momento ocorrerá a ilustração da fala de alguns assistentes sociais entrevistados.

“Eu entendo se a gente for pensar no que é cidadania, é quando o sujeito ele tem acesso aos direitos dele, não só direitos, mas serviços e quando ele reconhece tal coisa”. (Assistente Social A)

Ao analisar a fala da Assistente Social A, identificou-se que todo cidadão tem direitos ao acesso aos programas de necessidades básicas para vida de qualquer pessoa. Ao utilizar o referencial teórico sobre os sentidos e significados da cidadania, identifica-se a necessidade de fazer uma interlocução da fala da Assistente Social A:

[...] “exercer a sua cidadania, ser cidadão constitui em pertencer a uma sociedade na qual exista o direito de expressão, participação e de ser compreendido. Ser cidadão, é poder gozar de direitos políticos, civis e sociais. Atualmente não pode entender e falar sobre cidadania sem mencionar anos de lutas para conquistar do que se denominou direitos

fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Esses direitos são as bases para conquistar a cidadania política em um Estado Democrático de Direito, cabe a este Estado proteger juridicamente todos os direitos inerentes ao cidadão”. (OLIVEIRA; SANTOS; OLIVEIRA; COPELLO, 2019, p. 10-11).

“Para você ser cidadão de direito você tem direitos e deveres você não só tem o direito à moradia, igual o art 6º Constituição. Você tem o direito à moradia, lazer e educação.” (Assistente Social B)

Ao analisar a fala trazida pela Assistente Social B, identificou-se que todo cidadão possui direitos ao acesso à moradia, lazer e educação, mas que ele também tem deveres inerentes para sua vida em sociedade. Pode-se também comparar a fala da Assistente Social B ao referencial teórico que relata que no século XX, são aprovados os direitos sociais (alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, trabalho com salário adequado). Para finalizar esta fala constatou-se que ao longo do tempo os cidadãos foram ganhando seus direitos e a chance de adquirir e usufruir desses direitos.

Apresentando sobre esta transformação Boaventura de Sousa Santos diz:

“(…) é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Percebe-se que os direitos sociais foram construídos ao longo do tempo por diferentes grupos sociais que viviam realidades distintas.” (Santos, 1997: 244)

“Cidadania é a prática dos direitos e deveres de um cidadão dentro da sociedade, dentro do Estado que a gente vive ou que ele vive e que esses direitos devem ser garantidos pelo Estado. (Assistente Social C)

Ao analisar a fala da Assistente Social C, identificou-se como é importante o papel do Estado na construção da cidadania e que este cidadão também tem os seus deveres perante a sociedade. Através do referencial teórico, é importante expor a ideia de Rabassa (1999) onde ela diz: “já pode supor que cidadania é uma definição construída passa a passo, sendo assim formando os três primeiros subconjuntos (o civil, o político e o social).

“Cidadania para mim é o exercício dos direitos e deveres do cidadão e como ele se coloca na sociedade, como ele vê a sociedade como ele se vê como cidadão, como ele pratica essas ações.” (Assistente Social D)

Para a Assistente Social D, a cidadania é um conjunto de práticas regidas por direitos e deveres do cidadão e de como ele se enxerga perante a sociedade. Correlacionando a fala da Assistente Social D com o referencial teórico vale ressaltar que a cidadania é onde está a vida humana, em dois pólos inteiramente ligados, onde há a questão do aparecimento da esfera pública e privada. Identificou-se também que a cidadania como conjunto de direitos, funciona para regular e normatizar leis que visam estabelecer os direitos de cada ser humano.

“A cidadania como conjunto de direitos funciona para criar leis que visam contribuir para que o cidadão possa ter acesso e usufruir desses direitos.”

3.3 Eixo II: A relação existente entre cidadania e o Serviço Social

Este eixo propõe em saber a opinião dos entrevistados acerca da relação existente entre cidadania e o Serviço Social. Ao coletar as respostas de cada participante, identificou-se que alguns possuem opiniões parecidas a respeito do tema.

Identificou-se que para cada participante a relação entre a cidadania e o Serviço Social é mútua, pois ambos são pontes para a efetivação de direitos e ampliação e consolidação da cidadania.

A partir deste momento, serão apresentadas algumas falas dos entrevistados e serão analisadas:

“Serviço Social como a gente sabe ele estuda e trabalha todas as políticas públicas da saúde, educação, nas escolas, no ensino superior, nas universidades públicas ou privadas trabalhando na saúde, tanto nos hospitais públicos ou privados” (Assistente Social E).

Na fala da Assistente Social E, identificou-se o Serviço Social relacionando-o às políticas públicas. Pode-se fazer uma alusão sobre o conceito de direito natural

que são direitos instituídos a cada pessoa independente de classe social, abrangendo uma importante missão revolucionária em um determinado período da história.

“Além de constar num dos princípios da profissão, é importante o Serviço Social acaba sendo um mediador entre o cidadão e os seus direitos” (Assistente Social F).

Na fala da Assistente Social F, identificou-se que é importante para que o cidadão possa ter seus direitos vigorados. Quando se fala de cidadania é importante citar: os direitos sociais, pois esse tipo de direito encontra-se incluído na noção de cidadania. Os direitos sociais possibilitam ao cidadão uma participação simples na riqueza material e espiritual que foi criada pela coletividade.

A importância do cidadão ter seus direitos vigorados é que através da profissão de Serviço Social o (a) Assistente Social fará uma mediação, ele (a) será a ponte que possibilitará o usuário ter seus direitos viabilizados.

“Eu sempre que vou falar sobre cidadania é que ela tem várias perspectivas, a gente pode falar de cidadania na perspectiva do voto, quando eu faço o voto eu estou exercendo o meu poder de participação de eleger o meu representante político” (Assistente Social G).

Na fala da Assistente Social G, identificou-se como é importante a participação do cidadão na vida política de seu país. É importante falar sobre cidadania no âmbito constitucional, que é o direito de votar e ser votado, mas cidadania não se restringe somente ao voto, que é uma etapa do processo de cidadania (AGRA, 2002). A constituição contempla a cidadania, valorizando os cidadãos que estão inseridos na vida do Estado.

“O Serviço Social é uma profissão, que tem como compromisso lutar em favor dos interesses da classe trabalhadora e uma das coisas que o nosso código de ética vem prezando é que ele venha a lutar pela defesa da liberdade, é uma luta que venha pensar na classe trabalhadora.” (Assistente Social A)

A fala da Assistente Social A relata que o Código de Ética da profissão tem em seus princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, tarefa

essencial de toda sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Para Cardoso (1997) o Serviço Social, enquanto campo de trabalho tem como pautas as expressões da questão social e precisa construir seu cabedal profissional de forma crítica, compromisso ético-político e consistências técnico-operativa.

“Acho que tudo, Serviço Social trabalha na efetivação dos direitos da população que atende os usuários. Cidadania é a prática, é o exercício desses direitos e deveres.” (Assistente Social C)

A fala da Assistente Social C relata que os dois estão inteiramente ligados, pois ambos trabalham na viabilização e garantia de direitos.

Rabassa (1999) irá dizer que a cidadania é utilizada pelo Serviço Social nos dias de hoje. A autora irá relatar que a cidadania é implementada pelo Serviço Social relacionando as lutas para que os Assistentes Sociais possam deixar sua contribuição para o desenvolvimento da cidadania.

3.4: Eixo III: A contribuição dos projetos e programas do Núcleo de Prática em Serviço Social para ampliação e consolidação da cidadania.

Neste eixo, buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre a contribuição dos projetos e programas do NUPSS para a ampliação e consolidação da cidadania. Foram destacadas falas importantes para esta pesquisa, que ilustram a contribuição do Núcleo de Prática em Serviço Social na viabilização de direitos do aluno bolsista; da pessoa que procura por um atendimento de saúde; na vida da mulher vítima de violência, ou seja, o Núcleo procura estabelecer uma relação de aproximação com seus usuários para que as demandas sejam solucionadas ou enfrentadas.

A partir de agora, serão destacadas falas de alguns participantes da pesquisa:

“A medida que o NUPSS vem estabelecendo as intervenções, as ações e o projeto ele está contribuindo porque ele não é somente pensado numa intervenção interior, não é somente a comunidade acadêmica que é atendida, mas também a comunidade em torno” (Assistente Social A)

Na fala da Assistente social A, pode-se perceber que ela aborda a questão de acolher não somente os alunos da faculdade, mas a comunidade que reside próximo a faculdade.

Os projetos e programas do NUPSS abordam a questão da ampliação e consolidação da cidadania, trabalhando a inserção do usuário seja ele aluno ou não para viabilização de seus direitos dentro da Universidade e no atendimento desses usuários nas esferas: dos direitos humanos, saúde, educação e inclusão da mulher.

“O NUPSS tem uma gama de projetos, mulher, crianças e esses projetos eles são de fato para executar o tripé da universidade” (Assistente Social B)

O Projeto Mulher em Atua - ação fala sobre trabalhar o exercício da mulher como cidadã. É um projeto recente que tem parceria com a Associação em Taekwondo de Caxias, onde são oferecidas aulas de defesa pessoal para mulheres. O número de mulheres vítimas de violência doméstica cresceu muito em Duque de Caxias e neste projeto apresenta a mulher como cidadã e visa conscientizá-la que ela tem o direito de ter uma vida social plena e que seus direitos como cidadã possam ser respeitados. O direito da mulher se defender é uma ação de cidadania.

O Projeto Desafio socioambiental que está inserido em duas escolas, onde é levada a educação socioambiental nas escolas onde os alunos são convocados a ir a universidade e a proposta é que esses alunos saiam com uma proposta de trabalho e preparados para colocarem seu aprendizado em prática.

O projeto Desafio Socioambiental foi criado no 1º semestre de 2019, pois ocorreu um interesse em trabalhar a questão socioambiental, devido aos desastres que ocorreram em Mariana e Brumadinho. Este projeto está sendo disponibilizado em duas escolas, sendo trabalhado com adolescentes de 15 a 20 anos, acontece em escolas públicas e privadas de turmas do 2º ano do ensino médio. Este projeto disponibiliza a educação socioambiental nas escolas, onde as Assistentes Sociais vão até as escolas e montam parcerias. Os alunos são chamados para ir a universidade, onde eles são preparados para o mercado de trabalho.

Os projetos do NUPSS ocorrem para que ocorra a extensão a comunidade. O NUPSS possui projetos de extensão diversificados, há projetos para alunos bolsistas, há com alunos voluntários, há o projeto trilhando rumos, educação e saúde e todos eles englobam a cidadania. Esses projetos apoiam a comunidade

externa, visando promover a cidadania. Esses programas e projetos promovem a ampliação e consolidação da cidadania, pois a universidade age em redor da comunidade, não apenas com alunos.

“O programa cidadania e educação quando a gente atende os alunos, geralmente o maior fluxo é Janeiro, Fevereiro, Julho e Agosto. As demandas que os alunos trazem a gente contribui para que essa cidadania seja consolidada das demandas do aluno, vem todo tipo de violação de direitos.” (Assistente Social C)

O trabalho do Assistente Social visa promover a cidadania e efetivação de direitos. O Projeto Cidadania e Educação possui o Projeto Assistência Estudantil em sua pauta.

O Assistente Social que trabalha no Programa Cidadania e Educação apresenta ações que visam contribuir na promoção dos direitos da cidadania dos discentes da Unigranrio atendidos pelo Projeto de Assistência Estudantil.

A atuação do Serviço Social baseia-se no Código de Ética Profissional do Serviço Social, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e na Política Nacional de Educação (PNE) onde, diz “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art 1). Portanto a atuação do Serviço Social no Programa Cidadania e Educação através do Assistente Social e de seus estagiários da Unigranrio, vem sendo pautada em Leis e códigos que promovem direitos, não somente aos usuários, mas as suas famílias também.

O Projeto Assistência Estudantil é um Programa de Assistência aos discentes e foi criado em 2006, sob a gestão do curso de Serviço Social e em parceria com o setor de bolsas e benefícios e Pró - Reitoria comunitária de Extensão - PROCE, visando promover atendimento social e avaliação aos alunos candidatos ao sistema de bolsa socioeconômica e alunos beneficiários do PROUNI.

Em 2007 o PAD buscou ampliar suas atividades em espaços individuais e coletivos de atendimentos e acompanhamento aos discentes. É um Programa de Extensão da Unigranrio, que é coordenado pelo curso de Serviço Social, atuando na organização da Política de atendimento aos estudantes elaborando atendimentos individualizados e atividades coletivas que recaiam no aumento da participação e da

convivência em relação à formação profissional e seu engajamento com o contexto social.

O PAD desde então promove a materialização da Política de Atendimento ao aluno através do acompanhamento e desenvolvimento acadêmico discente da Unigranrio estando alinhado com os preceitos expressos pelo MEC e INEP por meio do SINAES para a avaliação do Ensino Superior

“É o contato com essa comunidade, é resgatar essa comunidade, é levar para essa comunidade como ela pode ser mais participativa, como ela pode politicamente existir.” (Assistente social D)

O NUPSS em seus programas e projetos visa promover o atendimento a comunidade, busca pensar formas e estratégias para dar um suporte para a população usuária.

De acordo com Gouvêa (2009) a cidadania para ser entendida necessita do envolvimento dos usuários em pautas relacionadas a triagem, fazendo com que os profissionais possam se instruir buscando recursos da população usuária para que ocorram parcerias e não somente atendimentos.

3.5. Eixo IV: Os desafios existentes no espaço do NUPSS para ampliação/consolidação da cidadania

Ao realizar a entrevista, identificou-se que alguns entrevistados expuseram alguns desafios que fazem parte do processo para a ampliação e construção da cidadania. Por vezes o usuário apresenta a sua demanda ao Assistente Social, porém há casos que essa demanda não pode ser suprida, havendo uma articulação da rede para superar esses desafios. Vale ressaltar que com lutas e debates os desafios venham a ser solucionados.

A partir de agora, serão apresentados alguns trechos das entrevistas e serão analisados:

“Ao encaminhar um usuário para uma rede, eu sempre ligo antes, porque a gente faz uma visita hoje, conhece os fatos, mas as coisas públicas não funcionam, aquele serviço lá na frente, então ocorre alguns desafios sim” (Assistente Social C).

Ao analisar este trecho, identificou-se que ocorrem enormes desafios que impedem a ampliação/consolidação da cidadania. Comparando ao tema, pode-se citar um trecho do referencial teórico que foi utilizado no decorrer da pesquisa, onde Carvalho (2013) expõe que haviam os direitos sociais que contemplavam a vida em sociedade. Esses direitos visam o acesso à educação ao trabalho, ao salário digno, acesso a saúde e a aposentadoria. Eles permitem diminuir as desigualdades sociais, sendo assim é necessário que para esses desafios sejam superados é preciso uma maior reflexão sobre os direitos sociais do cidadão.

“Eu acho que essas dificuldades são mais conjunturais do que estruturais. Todas as ações em que a gente precisa do poder público a gente não conta só com o profissionalismo do Assistente Social” (Assistente Social D).

Neste trecho, percebe-se o quanto é importante o trabalho e comprometimento do Assistente social para superar esses desafios, pois é muito difícil segundo as palavras do entrevistado contar com o aparato do Estado.

Para Benevides (2009) a cidadania faz parte a uma determinação jurídico-política que vigora no Estado. Sendo assim, o Estado é de vital importância no desenvolvimento da ampliação/consolidação da cidadania. Isto não ocorre, pois o sistema quer privilegiar a classe burguesa dando prioridade aos seus próprios anseios.

“O único desafio que a gente tem é com a rede externa, que vem sendo precarizada, que vem sendo sucateada, as políticas sociais estão sucateadas, a saúde precarizada.” (Assistente Social E)

Segundo Cavalcante (2010) ao abordar a precariedade no trabalho, este termo discorre sobre a análise de mudanças que vem acontecendo no mundo do trabalho. A autora fala da hegemonia do capitalismo, consolidadas por alterações em direitos trabalhistas, nas perdas salariais, nos benefícios sociais, em proteções sociais, na proteção sindical, ou seja, em mudanças relacionadas a vida da população trabalhadora.

A autora irá relatar que essas precarizações ocorrem devido a uma intensificação da precarização relacionada ao modo de produção capitalista.

“São diversos fatores, eu costumo dizer que você atuar num campo contraditório da própria profissão é também saber mediar como as relações institucionais, os interesses de diversas relações de tensão que está colocada na própria profissão nesse campo de atuação e entendendo que o maior desafio hoje é a intersectorialidade com os órgãos que compõem essa rede.” (Assistente Social G)

Segundo Carvalho (2013) a cidadania plena era pautada na igualdade e acesso a todos, e isso é algo que talvez nunca poderá ser alcançado. Mas o uso dessa cidadania tem possibilitado compreender a cidadania em cada época.

“São diversos desafios porque independe da gente estar numa universidade privada, nós estamos num modo de produção capitalista, nós estamos em uma empresa privada. (Assistente Social B)

Segundo Marx (1978) as análises ocorridas dos dilemas relacionados ao exercício profissional acabam exigindo uma compreensão de determinações que são objetivas das relações capitalistas pautadas na profissão. Há um processo de trabalho capitalista que é baseado na inversão relacionada no domínio do trabalho morte em face do trabalho vivo.

De acordo com Iamamoto (2007), expondo uma condição assalariada que visava a inserção profissional no exercício efetivo que era mediada por demandas e das requisições apresentadas pelo mercado de trabalho; acabaram ocasionando tensões no direcionamento onde a profissão pretende basear no trabalho concreto e de determinações no trabalho abstrato, baseada no trabalho capitalista.

3.6 Eixo V : As estratégias adotadas pela equipe do NUPSS para superar os limites existentes para ampliação e consolidação da cidadania.

Nas entrevistas que foram, realizadas com os Assistentes Sociais do NUPSS foram demonstradas como superar esses desafios. Todos de forma peculiar expuseram suas opiniões, sobre a pergunta apresentada e colocaram a importância de debates da categoria nos conselhos e fóruns para que essas estratégias possam ser criadas e viabilizadas.

A partir deste momento serão apresentados trechos com as opiniões de alguns entrevistados:

“Para ampliação e consolidação da cidadania a gente deveria pra consolidar isso, está ocupando os espaços de controle social, ou seja, os conselhos de assistência, o conselho de saúde colocando ali todas as queixas, tudo que for indesejado, tudo que for tolido para esse cidadão” (Assistente Social E).

Para Arendt (1993) “cidadania é o direito a ter direitos”. Através de debates, acerca do tema e conscientização da população de seus direitos é que poderão ocorrer modificações satisfatórias. O Assistente Social através do fazer profissional deve usar todo seu cabedal de conhecimento para lutar pelos direitos da classe trabalhadora.

De acordo com Bravo (2009) o controle social relacionado no direito que é conquistado pela Constituição Federal de 1988 fala especificamente o início da “participação popular”, onde se pretende expandir a democracia representativa indo até a democracia participativa. Fazem parte das instâncias onde ocorre participação nas políticas sociais: as conferências e os conselhos.

De acordo com Carvalho (1995) os conselhos são lugares onde a sociedade civil (50%) e os órgãos de serviços públicos, privados e filantrópicos debatem e promovem as políticas sociais nas áreas: da saúde, assistência social, educação, idoso, criança e adolescente, etc.

Conforme Bravo explica que as conferências são realizadas para debater em pautas relacionadas às políticas sociais em cada esfera, visando implementar diretrizes de ação. A autora vai dizer que elas são pautas norteadoras para a implementação de políticas.

“Uma das estratégias é articular com a rede, se chegar alguém que o caso envolva política de assistência social, fazemos contato com algum CRAS, fazemos toda uma orientação para que essa pessoa tenha acesso aos seus direitos e quando for algo que ela não possa conseguir dentro da instituição, fazemos articulação com outros setores, outras políticas, isso se configura como uma estratégia” (Assistente Social F)

É muito importante que haja uma articulação com outros órgãos para que esses desafios sejam superados. Pensar na formação profissional na

contemporaneidade requer um desafio para o curso de Serviço Social, no sentido de apresentar uma proposta de revisão crítica a sua trajetória, introduzindo suas conquistas e avanços já adquirido, pois essa é a exigência à profissão nos anos 90, oriundas das transformações do mundo do trabalho.

Segundo Neves (2009) aborda que rede abrange ao mesmo tempo um sistema aberto e fechado. É aberto, pois está relacionada ao surgimento de sistemas mecânicos e vivos considerando formas de abordagem sistêmica que proporcionem uma visão pautada no contexto, onde haja mudanças qualitativas e situações de emergência.

Ainda nas palavras do autor para que haja um melhor gerenciamento das redes, deve ocorrer uma articulação intersetorial e interdisciplinar, além dos investimentos financeiros, para que os resultados possam ser alcançados de forma coletiva, propiciando a equipe um sentimento do sujeito que pertence a rede.

“Eu entendo que as estratégias elas tem sido colocadas em prática que a participação dos fóruns, dos conselhos e isso vai fortalecer a sociedade civil.” (Assistente Social A)

Para entender a fala da Assistente Social é possível abordar a efetivação da Constituição Federal de 1998 onde apresenta uma nova fase onde os direitos sociais a população como consta no Art 6º “ são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (1998, pág. 10).

3.7. A contribuição do Serviço Social frente ao objeto do estudo

O Serviço Social é uma profissão socialmente necessária para efetivar e viabilizar direitos. É através da profissão que iremos conseguir firmar nosso cabedal teórico-metodológico como futuras profissionais, utilizando o aparato profissional na promoção dos direitos sociais.

A profissão contribui também de forma a refletir como a cidadania pode ser ampliada e consolidada. O Serviço Social e a cidadania são temas interligados, pois

ambos trabalham na efetivação de direitos de uma pessoa. O Serviço Social funciona como ponte e agrega valores para esta pesquisa, pois através da pesquisa que fizemos e de todo material coletado até o momento observamos como são importantes todos os Projetos do Núcleo de Prática em Serviço Social.

O Serviço Social contribui na promoção dos Direitos Humanos que é orientando um usuário de como ele pode ter sua demanda suprida, através do aparato profissional, o assistente social irá usar toda sua instrumentalidade para articular medidas que buscam atender a demanda apresentada pelo usuário.

É de suma importância na área da saúde, como a Policlínica, sabemos que a situação na área da saúde em nosso Estado é difícil, mas acreditamos que o Serviço Social, através de articulação com a rede pode proporcionar medidas preventivas para uma melhoria na área da saúde.

No que tange a vida dos jovens, o Serviço Social vem trazendo todo seu aparato, utilizando programas que orientam e utilizam palestras proporcionando cidadania. Os programas orientam os jovens de como eles devem se comportar numa entrevista de emprego, há orientação de como devem se vestir, todas essas dicas são implementadas pelo Serviço Social que busca interagir também com os jovens, pois acreditamos que eles são o futuro da nação.

O Serviço Social trabalha com as múltiplas facetas da questão social e prioriza o direito e o respeito à diversidade. A profissão contribui no que tange ao direito da pessoa se casar com quiser independente de cor, religião, sexo, etc. Acreditamos que o Serviço Social de hoje, trás um olhar mais crítico e mais humano sobre temáticas que são de extrema importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Há também o trabalho do Assistente Social, na vida dos discentes visando a promoção dos direitos de cidadania. Na área da educação a atuação do Serviço Social é pautada no Código de Ética Profissional do Serviço Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Política Nacional de Educação (PNE) onde diz: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art.1).”

Sabemos o quanto é difícil e sacrificante para um estudante permanecer na universidade e o Serviço Social trás todo um aparato visando contribuir na construção dos direitos sociais e efetivação da cidadania.

O Serviço Social contribui também na promoção dos direitos da mulher, pois sabemos o quanto é difícil uma mulher ser maltratada, humilhada, nesta situação o Serviço Social promove medidas através de fóruns, palestras abordando temas que irão transformar o olhar das pessoas e dessas mulheres sobre seu papel enquanto mulher na sociedade. Acreditamos que o lugar da mulher é onde ela quiser e ela tem sim o direito de lutar pelo que acredita ser o melhor para si.

O Serviço Social através de lutas e debates têm contribuído para esta pesquisa, pois através dele é que estamos conseguindo expor nossas idéias de forma que este estudo enriqueça a vida de discentes, docentes e todos que tiverem acesso a este material. O Serviço Social é uma profissão enriquecedora, pois através dele podemos trabalhar as diversas formas da questão social, podemos adquirir cabedal e aparato para nos tornamos profissionais conscientes e esclarecidas do fazer profissional.

O Serviço Social é uma profissão única que compreende a demanda do usuário em sua essência e trás todo um pensamento crítico, um olhar apurado sobre diversas temáticas. É a profissão que luta pela classe trabalhadora, pessoas que lutam por seus direitos.

Através de fóruns, palestras, lutas e debates o Serviço Social é a profissão que orienta sem fazer julgamentos, que promove cidadania, que cria estratégias para superar as adversidades que são apresentadas na profissão.

O Serviço Social também está nesta temática, pois ele agrega valores de forma a conscientizar cada cidadão de seus direitos, que através do fazer profissional os Assistentes Sociais são profissionais propositivos que trazem todo seu conhecimento para modificar as situações trazidas pela questão social.

O Serviço Social está nos fortalecendo enquanto alunas e está fazendo com que possamos modificar a vida das pessoas que tiverem acesso a esta pesquisa. Queremos deixar uma contribuição na vida de colegas, professores e todos que tiverem acesso a este material mostrando que a ampliação e consolidação da cidadania é um direito de todos.

É importante destacar citações que irão ilustrar a compreensão acerca desta temática:

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem. É preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.” (Marilda V. Iamamoto)

“Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto do limite como nós. É portanto uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades da profissão e a nossa - em um movimento contínuo.” (Maria Lúcia Martinelli)

É essencial que o Assistente Social através de todo cabedal que utiliza ele faça preservar o Código de Ética Profissional e efetive os direitos do usuário.

3.8. As três dimensões do saber e fazer profissional do Assistente Social articuladas ao estudo em questão.

O Serviço Social trabalha com as múltiplas faces da questão social. As três dimensões executadas pelo Assistente Social dão todo aparato e cabedal para que a realidade do usuário possa ser modificada.

Através do aparato profissional, o (a) Assistente Social irá executar toda sua instrumentalidade e recursos na viabilização de direitos. É função do (a) Assistente Social fazer cumprir o Código de Ética de forma a respeitar o cidadão independente de cor, sexo, religião, etnia.

Segundo Toniolo as três dimensões foram abordadas para a superação de desafios impostos ao Serviço Social atualmente, ele irá relatar que o Assistente Social precisa ter domínio de cada uma delas. O autor irá falar que as três dimensões não podem ser separadas, pois isso levaria a uma fragmentação, levando aos erros que o Serviço Social cometeu durante a sua trajetória. Ainda de acordo com Toniolo cabe enfatizar que é tratada uma articulação entre a teoria e a prática, intervenção e investigação, ciência e técnica, pesquisa e ação.

A primeira dimensão que é teórico-metodológica faz referência a capacidade de apreender do método e das teorias e de sua relação de acordo com a prática, no fazer profissional. Já a segunda que é a técnico-operativa é relacionada aos objetivos e funções com finalidade nas ações do Assistente Social e valores e princípios que são pautados neles. A terceira é a ético-política se refere a forma como o profissional irá buscar formas e instrumentos para dar materialidade aos objetivos, baseados em valores que foram concebidos (GUERRA, 2012).

Guerra (2012) destaca a necessidade de materializar essas três dimensões, em relação para não haver concepções errôneas que aparecem na intervenção profissional rotineira na visão de alguns assistentes sociais que relatam que a “teoria é diferente da prática”. Segundo a autora, há mitos que ainda permeiam a profissão, que levam a dicotomizar processos que estão relacionados, fazendo gerar a ilusão de que acontecem práticas que não possuem componentes que são teóricos e conceituais que sustentam que há teorias que não possuem impactos verdadeiros na vida das pessoas.

Em relação a essa discussão, Santos (2006) vai afirmar que há nesta questão, dúvidas que certos profissionais que relatam misturar a teoria com a prática, expressam uma dificuldade em apreender a inter-relação entre as dimensões que pautam os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos em relação ao processo de trabalho do Assistente Social.

A dimensão técnico-operativa, deve ser entendida além de suas capacidades técnicas e instrumentais, incluindo todo o conjunto de ações e procedimentos que são adotados pelo Assistente Social, visando mostrar a consecução de uma específica finalidade, que precisa, no entanto de avaliação em relação os fins e de objetivos da ação.

A dimensão teórico-metodológica para Toniolo o profissional precisa estar inserido dentro da realidade e precisa se envolver com as demandas trazidas pelos usuários, mas devido a estudos mais profundos, de acordo com o contexto histórico, através de cabedal teórico, distanciando-se do senso comum e de aparências inventando maneiras de modificar a realidade do usuário, mas sempre mantendo respeito no que tange às suas especificidades.

Na dimensão técnico-operativa, se dão estratégias, táticas, técnicas, instrumentos, conhecimentos específicos, cultura, ética, cultura institucional e profissional de particularidades atreladas aos contextos organizacionais. (SANTOS et al., 2012, p.20)

Dessa maneira, constituem parte dessa dimensão instrumentais técnicos que são utilizados pelo Assistente Social, no entanto para que o profissional possa saber a melhor técnica ou instrumento para ser utilizado durante o processo de trabalho, para que possa ser obtido o melhor resultado, há necessidade de avaliar, escolher, planejar, em relação a um determinado objetivo sobre o procedimento que deve ser escolhido. Devido a isso deve-se se retomar que os fundamentos técnico-operativos, participam da dimensão mais ampla que aborda o processo de trabalho, que relacionado a concepção marxiana, diz-se que o trabalho humano possui uma visão teleológica.

Por último será abordada a dimensão ético-política que irá falar sobre os fundamentos realizados no trabalho do assistente social. Ao falar de ética no Serviço Social, surge a necessidade de relacionar valores e princípios pautados no Código de Ética. No entanto, segundo Barroco (2008), a ética na profissão precisa ser compreendida de forma mais ampla, pois os valores que são definidos por ela, pautados no Código de Ética, são vertentes orientadoras, de posicionamentos, escolhas e julgamentos de valor que são realizados na vida cotidiana. Desta forma, a dimensão ética no Serviço Social só pode ser vista em uma prática social concreta, ou seja, é dada através do processo de trabalho, em relação a ações críticas e conscientes, baseada numa política dos direitos do usuário.

Para Iamamoto (2001), a dimensão ética no Serviço Social não pode ser compreendida de forma isolada, se desvinculando da política, de forma a entender que o trabalho da profissão, possui como norte um processo de construção de sujeitos coletivos na sociedade de forma livre e democrática. É uma construção que faz parte de uma luta hegemônica, relacionando na execução de finalidades e atos que estão interligados entre si, dizendo aos indivíduos que participem de um grupo de valores e crenças de noções, que são comuns e subjetivas, de maneira a serem submetidas de maneira coletiva.

Na pesquisa realizada identificou-se que a dimensão teórico-metodológica está atrelada ao trabalho do Assistente Social de como ele realiza o processo de

intervenção para que a ampliação e consolidação da cidadania possa ser efetivada. São utilizados todo cabedal e aparato profissional a fim de que os direitos sociais sejam sanados.

Na dimensão técnica-operativa, as (os) assistentes sociais utilizam todos seus instrumentos na realização do atendimento. Os instrumentos utilizados pelas Assistentes Sociais são: a entrevista onde elas procuram viabilizar os direitos dos usuários e em alguns casos visita institucional. De acordo com a demanda apresentada seja na área dos Direitos Humanos, educação ou na saúde, o profissional irá utilizar meios e formas para realizar a efetivação dos direitos.

Na pesquisa em tela a dimensão ético-política se encaixa nos valores expressos no Núcleo de Prática em Serviço Social e são materializados pelos profissionais de Serviço Social. O Núcleo de Prática em Serviço Social também utiliza o Código de Ética Profissional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos direitos da mulher, enfim os valores que permeiam esta pesquisa estão atrelados a promoção dos Direitos Humanos, da ampliação e consolidação da cidadania e conscientização dos direitos de cada cidadão.

Articulando a dimensão teórico-metodológica aos resultados obtidos identificou-se que os (as) Assistentes Sociais do Núcleo de Prática em Serviço Social procuram promover palestras, debates e fóruns para conscientizar a população usuária de seus direitos.

Através de entrevistas procuram conhecer a realidade do discente para viabilizar e emancipar a ampliação e consolidação da cidadania na vida desses usuários.

Articulando a dimensão técnico-operativa aos resultados obtidos identificou-se que as medidas para a viabilização de direitos no NUPSS estão pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA e na Política Nacional de Educação (PNE) onde diz: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art. 1). A atuação do Serviço Social se respalda no Código de Ética Profissional do Serviço Social.

Articulando a dimensão ético-política aos resultados obtidos identificou-se que a promoção da cidadania é dada no diversos setores como: saúde,

educação, mulher, criança e adolescente buscando sempre viabilizar os direitos sociais, articulando sempre ao Código de Ética Profissional, respeitando o cidadão independente de sexo, cor, religião.

3.9 A dimensão investigativa do trabalho do (a) Assistente Social e as contribuições das autoras acerca do estudo em tela frente aos resultados da pesquisa.

Para que a compreensão da dimensão investigativa, faz-se necessário compreender a pesquisa como aparato para que haja o processo de intervenção e investigação dentro do Serviço Social.

Partindo da idéia de que o trabalho da profissão do (a) Assistente Social adquire durante o processo de produção e das relações sociais só podem ser compreendidos entre as necessidades apresentadas pelas classes sociais que acabam polarizando sua intervenção, entre os sujeitos sociais e os interesses que são antagônicos que o apresentam nos espaços ocupacionais, nas atribuições profissionais e competências, cabe dizer a necessidade de conhecimento para o Serviço Social.

Segundo Guerra , há a necessidade de haver uma atuação sobre o processo de realidade, que leva ao conhecimento. Guerra relata, é que para ocorrer a intervenção, antes é necessário conhecer para que se alcance resultados eficazes. Ela diz, que há uma mediação que possui privilégios entre realidade e conhecimento e que os resultados da pesquisa são parciais, históricos e provisórios

Guerra aborda que para o processo de investigação ser iniciado, existe a prioridade pela busca de um estudo mais aprofundado, que não dá para ser percebido superficialmente na realidade. Ela vai explicar que a realidade, não vai ser compreendida como um todo, mas sim através de processos para decifrar as nuances apresentadas

A autora irá relatar que no Brasil existem produções acadêmicas próprias que foram sendo enviadas para países da América Latina que foram renomadas, pois possuem materiais de cunho crítico e social. Ela irá relatar que ao longo destes processos houve a importância dos movimentos sociais e a luta pela cidadania.

Através das teorias de Marx houve uma expansão das formas como autores passaram a elucidar temas relevantes para as produções acadêmicas.

A contribuição que pode ser deixada para este estudo, é que frente a tudo que foi exposto identificou-se que há sim lutas e debates pela equipe de Serviço Social do Núcleo de Prática em Serviço Social da UNIGRANRIO na efetivação de direitos. Através desta pesquisa e do material que foram coletados é importante deixar um legado para que haja uma conscientização da sociedade na efetivação da cidadania. Faz-se necessário também que as pessoas ao lerem este tema se sintam amparadas e tenham esperanças em dias humanos e igualitários.

O Código de Ética é a bússola do Assistente Social e que através dele e através de fóruns, palestras poderá sim fazer a diferença. Através deste estudo almeja-se que a cidadania e o Serviço Social possam ser utilizados para a efetivação de direitos, para a melhoria no atendimento a mulheres, jovens, na saúde e na educação. Este estudo poderá motivar as pessoas a buscarem seus direitos e que todos possam vislumbrar um futuro de excelência.

Através desta temática acredita-se ver todos os jovens trabalhadores (as) nas universidades e que esses jovens tenham um olhar crítico e inovador sobre as questões apresentadas pela questão social.

De acordo com esta temática haverá a conscientização por um país onde todos tenham acesso à educação, saúde, segurança e que possam alcançar suas metas, vislumbrando direitos iguais para todos.

Há grandes líderes que deixaram um legado na vida das pessoas como Mariele Franco que através de lutas almejava por melhorias na qualidade de vida da população. Há também a jovem Malala Yousafzai que luta por educação, todas são mulheres conscientes de seu papel e de suas lutas por melhoria na sociedade.

Este estudo inspira a praticar cada vez mais tudo o que foi aprendido durante todo esse processo, para luta pela ampliação e consolidação da cidadania.

Através de tudo que foi exposto almeja-se que as pessoas nunca parem de lutar por justiça social, pois só através dela é que haverá uma sociedade mais justa e igualitária. “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. O

conhecimento trás sabedoria e discernimento, para um olhar crítico e humano sobre a realidade da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar tudo que foi discutido as autoras concluíram que a ampliação e consolidação da cidadania é uma pauta de suma importância para viabilização dos direitos do usuário. O Núcleo de Prática em Serviço Social da UNIGRANRIO proporciona a discentes, mulheres, crianças e adolescentes a oportunidade da emancipação e promoção dos direitos.

O Núcleo através dos seus programas e projetos promove a inclusão do cidadão (ã) e aborda pautas de enfrentamento da violência contra a mulher; no que tange a criança e adolescente possui projetos nas escolas que dão suporte a jovens que querem se inserir no mercado de trabalho. Há uma variedade de projetos que buscam orientar a população usuária.

O Serviço Social e a cidadania estão relacionados, pois ambos visam efetivar e articular demandas trazidas pela questão social.

As autoras almejam que este tema possa deixar um legado uma reflexão na vida de discentes, docentes e outras pessoas que tiverem acesso a este material, que a busca pela ampliação e consolidação da cidadania é um direito de todos.

Ao discutir Serviço Social e Cidadania onde articulou-se com diversos autores e onde foram realizadas entrevista com as (o) Assistentes Sociais, onde identificou-se a enorme quantidade de opiniões acerca desta temática. O Serviço Social é uma profissão que é pautada na construção da igualdade, onde direitos possam ser viabilizados e onde os problemas sobre a questão social possam ser debatidos de forma crítica e humana. Ao expor este tema houve a proposta de mostrar como a cidadania é necessária na vida do cidadão e de como ele pode se reconhecer como cidadão tendo acesso a ela.

Ao utilizar este tema, realizou-se pesquisas profundas e através delas ocorreu a construção da monografia. A ampliação e consolidação da cidadania no Núcleo de Prática em Serviço Social se dá através de Programas e Projetos que visem promover a cidadania na vida de discentes, jovens, mulheres. As assistentes

sociais através de todo seu aparato profissional utilizam sua instrumentalidade para promover direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Valéria; NEVES, Arthur. **A importância de ser Assistente Social**. Disponível em: www.uninter.com. Acesso em: 7 de novembro.

BELLO, Enzo. **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um enfoque Político Social**. Rio de Janeiro. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BELMONTE, Lina Gabriela; DA HORA, Taine D.; PERNEZ, Danielle; TELLES, Luciana. **Três dimensões**. 2011. Rio de Janeiro: Serviço Social. com. Disponível em: tecnicas.blogspot.com. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

BARROCO, M.L.; TERRA, S.H. **Código de Ética do (a) Assistente Social comentado**. 1 ed. São Paulo: Cortez,. 2017.

BOLOORINO, Eliana Canteiro Martins. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Unesp,. 2012.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central da dialética**. 2008. Disponível em: marxista.blogspot.com. Acesso em: 13 de junho de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. 2013.

CASTRO, Fabricia Cristina Maciel de; ALVARENGA, Maura Aquino de. **Direitos humanos e cidadania: um desafio ao Serviço Social**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social, Belo Horizonte (MG), ano 2010. Disponível em: www.cress-mg.org.br. Acesso em: 13/06/19.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?

GOUVÊA, Maria das Graças de. **Plantão social para a cidadania**. 2. ed. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária,. 2009.

GOIN, Mariléia; BAVARESCO, Letícia da Rosa. **Instrumentalidade Profissional do Serviço Social: As mediações da Prática Profissional**. Disponível em: www.google.com. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. Belo Horizonte. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez,. 2006.

JUNIOR, Alvaro Francisco Britto de; JUNIOR, Nazir Feres. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Evidência, Araxá, v.7, n.7, p.237-250, 2011. Disponível em: <https://met2entrevista.webnode.pt>. Acesso em: 13/06/19.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício Profissional do Assistente Social: da imediatividade às possibilidades históricas**. Serv. Soc. [online]. 2014, n.117, pp. 22 - 44. ISSN 0101 - 6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000100000003>.

LOPES, Beatricee Karla. **A importância da cidadania**. 2017. Disponível em: jusbrasil.com.br. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

MAIOR, Nivea Maria Santos Souto, CLEMENTINO, Milca Oliveira; COSTA, Rosiane Oliveira da; LEAL, Sara Duarte Cordeiro. **Direitos Humanos e Serviço Social: Demandas e desafios contemporâneos**. Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n.36, p 127-138, jul./dez - 2018. ISSN 2238-1866. Disponível em: periodicos.ufes.br. Acesso em: 13/06/19.

MARCELLO, Carolina. **Pra não dizer que não falei das flores**. s.a. Disponível em: culturagenial.com. Acesso em: 13 de junho de 2019.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MATHIAS, Lucas. **Entenda que é universo e amostra de mercado**. 2019. Disponível em: mindminer.com. Acesso em: 13 de junho de 2019.

MENEZES, Manuel. **Análítica da cidadania e o Serviço Social na atualidade: Da teoria à prática**. Gestão e Desenvolvimento, 19 (2011), 115-138. Disponível em: z3950.crb.ucp.pt. Acesso em: 13/06/19.

NORMAS E REGRAS. **Pesquisa qualitativa: O que é?; Como fazer uma?; TCC e monografias**. 2019. Disponível em: www.normaseregras.com. Acesso em: 13 de junho de 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **As dimensões teórico - metodológica, ético - política e técnico - operativa: particularidades e unidade**. 2015. Londrina: I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. 2015.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. Editora Unesp. São Paulo. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

PILGER, Vivian Santos. **Democracia e cidadania como princípios do código de ética do Serviço Social e sua análise através da teoria social crítica**. vol. I - ano 2016 ISSN 2446 - 5518. Disponível em: itecne.com.br. Acesso em: 13/06/19.

RABASSA, Vini da Silva. **O significado da cidadania no Serviço Social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 5 (2): 59-80, agosto/1999. Disponível em: revistas.ucpel.tche.br. Acesso em: 13/06/19.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. **História da educação no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Vozes,. 1988.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Estud. av. vol. 15 nº 42 São Paulo May / Aug. 2001.

SIGNIFICADOS. **Significado de Pesquisa bibliográfica**. 2018. Disponível em: www.significados.com.br. Acesso em: 13 de junho de 2019.

SIGNIFICADOS. **Significado de Pesquisa exploratória**. 2018. Disponível em: www.significados.com.br. Acesso em: 13 de junho de 2019.

Serv. Soc, São Paulo, n. 118, p. 239 - 264, abr / jun, 2014.

SIQUEIRA, Claudiana Moreira. **Intersetorialidade na rede socioassistencial: uma perspectiva de análise do Município de Ibirité - Minas Gerais**. Ibirité (MG), s/a. Disponível em: [cress - mg. org.br](http://cress-mg.org.br). Acesso em: 3 de novembro de 2019.

ANEXO A: MODELO TCLE

Comitê de Ética em Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Serviço Social e Cidadania: Uma reflexão sobre essa relação a partir do trabalho realizado pelos assistentes sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social. Você foi selecionado por ser um dos Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Os objetivos deste estudo são analisar a contribuição das Assistentes Sociais que atuam no Núcleo de Prática em Serviço Social – NUPSS da UNIGRANRIO na ampliação e consolidação da cidadania junto aos usuários de seus programas e projetos.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder questões previamente elaboradas por meio de uma entrevista. Os riscos relacionados com sua participação são: o tempo disponibilizado para fazer as entrevistas e a necessidade de produzir reflexões sobre as questões norteadoras da entrevista. Os benefícios relacionados com a sua participação a relevância acadêmica, pois deixará um legado na vida de futuros estudiosos do tema, acreditamos que através deste tema haverá possibilidades inovadoras sobre a questão de como o Serviço Social irá trabalhar a questão da ampliação e consolidação da cidadania dentro dos espaços institucionais e a relevância institucional trará um benefício, pois irá propiciar um enriquecimento ao campo empírico pesquisado.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação asseguramos o sigilo desta pesquisa para sua contribuição no meio acadêmico e na sociedade.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com o pesquisador responsável: Diego Augusto Rivas dos Santos, no e-mail: diego.santos@unigranrio.br e telefone: 969746356 e também com a equipe de pesquisa: Ana Caroline Miranda de Souza e Mariana Bulkool de Carvalho Mariano no e-mail: marianabulkool@unigranrio.br e mirandasouza2015@bol.com.br ou no telefone: 975193923/974002523.

Diego A. Rivas dos Santos
Pesquisador Responsável

Diego A. Rivas dos Santos
Coordenação de Estágio em Serviço Social
CPSS: 21.218 7º Registo
diego.santos@unigranrio.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21) 2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista

1. Para você, o que é cidadania?
2. Para você qual a relação existente entre a cidadania e o Serviço Social?
3. O que o NUPSS em seus diversos programas e projetos realiza que contribui para a ampliação e consolidação da cidadania
4. Quais são os desafios existentes neste espaço que dificultam ou impedem a ampliação e consolidação da cidadania pelos Assistentes Sociais que aqui atuam?
5. Frente aos desafios existentes para ampliação e consolidação da cidadania quais as estratégias que poderiam ser adotadas, pelos Assistentes Sociais ou pela gestão do NUPSS, para que esses desafios fossem diminuídos ou superados?